



ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE JURUENA
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena
Ciências Contábeis

**A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA PARA
QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS DA
COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICREDI UNIVALES**

Sidinéia Strappazzon

JUINA - MT
2009

SIDINÉIA STRAPPAZZON

**A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA PARA
QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS DA
COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICREDI UNIVALES**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena/Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof^a. Ms. Ahiram Cardoso Silva Lima
Orientadora

Juina – MT
2009

SIDINÉIA STRAPPAZZON

**A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA PARA
QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS DA
COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICREDI UNIVALES**

Monografia apresentada em 30/06/2009 e aprovada pela Banca Examinadora,
constituída pelos professores:

Prof^a. Ms. Ahiram Cardoso Silva Lima
Orientadora – Presidente da Banca

Prof. Ms. Cleiva Schaurich Mativi
Membro

Prof. Esp. Claudio Luís Lima dos Santos
Membro

Juina – MT
2009

À Deus e a minha mãe Sidete. Tudo o
que importa são vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à minha orientadora, professora Ahirom. Obrigada pela sua compreensão e apoio.

"O mundo é um lugar perigoso de se viver,
não por causa daqueles que fazem o mal,
mas sim por causa daqueles que
observam e deixam o mal acontecer."

Albert Einstein

RESUMO

O sistema cooperativo ocupa lugar de bastante sucesso na atualidade. As cooperativas de crédito são montadas por empregados, profissionais liberais, produtores rurais, etc., todos com um só objetivo, o de obterem crédito mútuo. As organizações cooperativas por tradição estão arraigadas à valores como ética e moral, educação, bem estar econômico e social. A princípio as cooperativas seriam instituições sem fins lucrativos, contudo esta realidade foi adaptada, tendo em vista que para manter o próprio funcionamento, não para si, mas para a prestação de serviços aos seus associados, a cooperativa precisar buscar resultados positivos. Tendo em vista o alcance destes resultados, e também do melhor atendimento dos cooperados, surgem ferramentas que se bem utilizadas viabilizam o sistema operacional da entidade. A auditoria interna é o instrumento usado para medir a confiabilidade das ações dos indivíduos ligados à organização. Através dos procedimentos de auditoria é possível salvaguardar os interesses da empresa. Com a auditoria são apontados os problemas e definidas estratégias para solucioná-los. Os controles internos determinam a organização das funções de cada indivíduo dentro da entidade. Para que haja eficácia é preciso que todos se adaptem e sigam corretamente as instruções que o sistema de controle interno propõe. Aí está mais um desafio, motivar os colaboradores a seguirem os controles, para benefício da cooperativa e dos cooperados. A auditoria interna e também a externa são um meio de testar a eficiência dos controles internos. A partir do parecer do auditor, é possível perceber onde estão os pontos fracos e fortes do controle da entidade.

Palavras-chave: Cooperativismo, controle interno, auditoria.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Avaliação do Sistema de Controle Interno	27
Quadro 2 – Meios para Salvaguardar os Interesses da Empresa	31
Quadro 3 – Diferenças entre o Auditor Interno e o Auditor Externo	39
Quadro 4 – Benefícios trazidos pela Auditoria	41
Quadro 5 – Fatores Relevantes para o Planejamento da Auditoria Interna	44
Quadro 6 – Descrição dos Procedimentos de Auditoria	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização	10
1.2 Problema de Pesquisa	11
1.3 Hipóteses	11
1.4 Objetivos	12
1.4.1 Objetivo Geral	12
1.4.2 Objetivos Específicos	12
1.5 Delimitação da Pesquisa	12
1.6 Justificativa	13
1.7 Estrutura do Trabalho	14
2. REVISÃO TEÓRICA	15
2.1 Cooperativismo	15
2.1.1 Conceito de Cooperativismo	15
2.1.2 Conceito de Cooperativa	15
2.1.3. Princípios Universais do Cooperativismo	17
2.1.4 Valores do Cooperativismo	17
2.1.5 Contexto Histórico do Cooperativismo	17
2.1.6 Contexto Histórico do Cooperativismo no Brasil	19
2.1.7 Legislação Cooperativista Brasileira	20
2.1.8 Cooperativismo de Crédito	21
2.1.9 O Cooperativismo de Crédito no Brasil	23
2.2 Controle Interno	25
2.2.1 Princípios Fundamentais dos Controles Contábeis	29
2.2.1.1 Segregação de Funções	29
2.2.1.2 Controle das Operações Internas	31
2.2.1.3 Acompanhamentos dos Procedimentos Internos	32
2.2.1.4 Qualificação Técnica	33
2.2.1.5 Padronização das Funções	33
2.2.1.6 Rotinas Internas	34
2.3 Auditoria	35
2.3.1 Auditoria Externa	41
2.3.2 Auditoria Interna	42
2.3.3 Procedimentos de Auditoria	44
2.3.4 Auditoria das Disponibilidades	46
2.3.5 Auditores Independentes	47
3. METODOLOGIA	50
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1 Sistema Sicredi	52
4.1.1 Apresentação	52
4.1.2 Histórico	52
4.1.3 Cooperativa De Crédito Sicredi Univales	55
4.2 Entrevista Aplicada ao Responsável pelo Controle Interno da Sicredi Univales de Juina	57
5. CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O mercado vem modificando o cenário das cooperativas, fazendo com que se transformem em empresas melhor estruturadas e com capacidade de produção de bens e serviços cada vez maior. Conhecer os “gargalos” existentes dentro da empresa, e criar mecanismos para driblá-los, pode ser o fator definitivo para sua permanência em um mercado cada vez mais competitivo.

Os gestores, cooperados e até mesmo os associados, precisam buscar ferramentas que facilitem suas tomadas de decisão, e proporcionem maior eficiência do negócio em questão. A aplicação de sistema de auditoria interna adequado consegue apontar onde estão os erros, quais atitudes podem ser tomadas para melhorar a vida da organização, bem como apontar ferramentas para essa melhora. O ambiente atual que engloba o cenário das organizações vem criando uma demanda, cada vez maior no que diz respeito à adoção de medidas e técnicas de acompanhamento e controle, que possibilitem a diminuição das falhas, a fim de evitar problemas, que coloquem em risco a imagem da entidade, diante dos acionistas, dos clientes e do mercado e geral. O controle interno exerce papel de fundamental importância na fiscalização das partes envolvidas para o alcance dos objetivos preestabelecidos, para que estes não sejam desviados.

Essa nova postura por parte das organizações tem proporcionado a materialização e a aplicação de diversos mecanismos, dentre os quais se destaca a auditoria interna, que tem por objetivo não apenas detectar e mensurar possíveis problemas, mas também o oferecimento de alternativas de soluções. Enquanto a auditoria externa tem por finalidade emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras, a auditoria interna tem como função principal avaliar o processo de gestão, no que se refere aos seus diversos aspectos, tais como a capacidade de adequação que as empresas tem diante das exigências do mercado, e qual o grau de vulnerabilidade a que estas empresas estão sujeitas.

Diante desse cenário, e da tendência mundial que exhibe exigências que regulem as estruturas e controles diários das organizações, o grau de importância da auditoria interna tem-se tornado cada vez mais elevado. Em consequência de

tantas exigências, cresce a necessidade de especialização dos auditores que precisam ter uma visão ampla, atuando de forma coordenada e tendo como finalidade básica o assessoramento da administração por meio do exame e avaliação de diversos aspectos tais como a adequação e a eficácia dos controles, a integridade e confiabilidade das informações e dos registros.

As cooperativas de crédito têm usado a auditoria interna para qualificar ainda mais o serviços oferecidos aos seus associados e clientes. Conhecer os procedimentos internos de cada atividade desenvolvida dentro de uma cooperativa de crédito e verificar se estes procedimentos são seguidos corretamente é fator imprescindível para avaliação da estrutura interna da organização. A análise das informações obtidas através da auditoria interna pode ser o caminho para o crescimento e consolidação de qualquer empresa.

O papel do auditor interno ganha importância, pois a partir de seu trabalho o nível de eficiência e de eficácia da unidade estudada pode aumentar. A formação de profissionais capacitados para atender ao programa de auditoria é fundamental para o sucesso, bem como para o alcance das metas inscritas pela diretoria.

1.2 Problema de Pesquisa

A constatação de que o setor de cooperativas de crédito vem buscando novos meios que sirvam como ferramentas de apoio para a correta execução de seus controles internos, motivou esta pesquisa, que busca a elucidação do seguinte problema:

Como a auditoria interna na Unidade de Juina da Sicredi Univales contribui para uma melhor gestão dos controles internos?

1.3 Hipóteses

Para o problema mencionado foram colocadas as seguintes hipóteses:

- A auditoria interna contribui para a melhor gestão dos controles internos na unidade de Juina da Sicredi Univales.

- Os transtornos causados pela implantação do sistema de auditoria interna na unidade de Juina da Sicredi Univales são maiores que os benefícios trazidos por ela.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as melhorias obtidas dentro da Unidade de Juina da Cooperativa de Crédito Sicredi Univales, através da aplicação de um sistema de auditoria interna.

1.4.2 Objetivos Específicos

Por objetivos específicos o trabalho procurou levantar os seguintes aspectos:

- Contextualizar o Cooperativismo de Crédito;
- Descrever sobre a auditoria interna;
- Desenvolver estudo sobre controle interno;
- Descrever sobre a função da Auditoria Interna dentro das organizações;
- Identificar a responsabilidade da Auditoria Interna nas organizações;

Conforme descreve Prestes (2003, p. 17), o conhecimento científico é aquele que resulta de investigação metódica, sistemática da realidade, transcendendo os fatos e os fenômenos em si mesmos e analisando-os, a fim de descobrir suas causas e chegar à conclusão das leis gerais que os governam. Para tanto esta pesquisa busca o aprofundamento nos estudos da auditoria interna dando ênfase à sua importância dentro das cooperativas de crédito.

1.5 Delimitações da Pesquisa

Este estudo volta-se à abordagem das mudanças e dos benefícios trazidos pela implantação de um sistema de auditoria interna, que visa melhorar os controles internos da cooperativa de crédito Sicredi Univales, em sua unidade de Juina.

Embora seja relevante, não se pretende tratar da questão da auditoria em todos os setores da cooperativa, mas mais especificamente, no setor dos caixas.

1.6 Justificativa

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar a contribuição que a auditoria interna proporciona para uma melhor gestão dos controles internos nas cooperativas de crédito, sendo que as mesmas são instituições financeiras que atuam no mercado financeiro com o intuito de passar para seus associados transparência e segurança nos negócios e em seus serviços prestados.

De acordo com Kreutz (2004) “a cooperativa é uma das alternativas de formas mais avançadas de organização da sociedade”. Ainda segundo a autora, após passados 160 anos desde a criação da primeira cooperativa, e já existem 700 mil em todo o mundo. Assim nota-se a relevância de estudos que identifiquem particularidades dos diversos tipos de cooperativa existentes.

O Cooperativismo de Crédito é setor de destaque no cenário da economia nacional como fonte de empregos e renda, e dessa forma merece um processo investigatório, que contribua para o desenvolvimento desta atividade econômica. Neste sentido o uso de ferramentas que possibilitem a eficiência e a eficácia dentro destas organizações, deve ser levado em consideração, quando das tomadas de decisões.

O controle interno visa implementar ações que beneficiem a gestão como um todo. Neste contexto a auditoria interna, com seus procedimentos, assumirá um papel relevante e com ampla responsabilidade numa gestão mais eficiente nas cooperativas de crédito.

Dentro de qualquer segmento a organização necessita de normas e regras para que as funções sejam exercidas dentro dos padrões desejados. A auditoria e o controle interno tem como objetivo verificar e normatizar as ações dentro das empresas.

Este trabalho justifica-se pelo propósito de analisar fatores importantes desenvolvidos pela auditoria interna de modo a explorar a importância que a mesma representa para o bom funcionamento dos controles internos dentro das organizações.

1.7 Estrutura do Trabalho

O estudo foi estruturado de forma a proporcionar maior familiaridade com o tema tratado. Para tanto a revisão teórica tratou do cooperativismo, seus conceitos, princípios, valores, seu histórico no mundo e no Brasil, a legislação que rege as cooperativas, as cooperativas de crédito e o sistema Sicredi. Outros conceitos abordados são os de Auditoria, Auditoria Externa, Auditoria interna, Controle Interno, Procedimentos de Auditoria e Auditoria das Disponibilidades. Após o referencial teórico segue a análise dos resultados feita por meio da verificação do questionário aplicado na Unidade de Juina da Sicredi Univales.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Cooperativismo

2.1.1 Conceito de Cooperativismo

É o conjunto de pessoas unidas por um mesmo objetivo, buscando atingir o estabelecido no estatuto social, utilizando-se para tanto a ajuda mútua (SICREDI A, 2008).

Sandroni (1996, p.30) define cooperativismo como:

“Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualitariamente dos bens produzidos em comum”.

O conceito de cooperativismo está ligado às ações de ajuda mútua, às pessoas trabalhando para um objetivo comum. O cooperativismo une as pessoas, e tende a fazê-las valorizar a busca do benefício comum.

2.1.2 Conceito de Cooperativa

Cooperativa, segundo Sandroni (1996, p.30), é a “Empresa formada e dirigida por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários”. O autor elenca os tipos de cooperativa: de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de venda por atacado ou de assistência médica, sendo as mais comuns as cooperativas de produção, consumo e crédito.

A Cartilha do Curso Básico de Cooperativismo do Sescop/DF (2004, p.08) apresenta a seguinte definição:

“Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas,

sociais e culturais comuns a seus integrantes, e constitui-se numa empresa de propriedade coletiva, a ser democraticamente gerida”.

Conforme o *site* Gestão Cooperativa (2008), o principal objetivo da criação de uma cooperativa é citado no artigo 3º da lei 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas): “Celebaram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetividade de lucro”; o artigo 4º acrescenta: “As cooperativas são sociedades simples, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

A cooperativa tem como função a prestação de serviços a seus associados, que além de donos (sócios) são também clientes. O principal objetivo da cooperativa não é a obtenção de resultados (sobras) para os associados, mas sim a efetiva prestação de serviços, além de muitos outros benefícios econômicos, sociais, etc. advindos de suas atividades.(ZANLUCA, 2008)

De acordo com Kreutz (2004), a princípio uma cooperativa seria uma empresa sem fins lucrativos. Porém, visto que a cooperativa é uma entidade sujeita ao princípio da continuidade (perpetuação), e que compete diretamente com inúmeras empresas que atuam em segmentos iguais ou semelhantes, há a necessidade da obtenção de resultados positivos que permitem reinvestimentos em estrutura, tecnologia, entre outros.

Mesmo não sendo a obtenção de lucros o maior objetivo das cooperativas, nota-se que é preciso trabalhar em busca de resultados para que possa prosseguir com os serviços oferecidos, afinal a cooperativa acaba sendo uma entidade como tantas outras que depende de receita para cobrir suas despesas.

Conforme expõe o Sicredi A (2008), para que a cooperativa tenha sucesso quanto às suas atividades, é necessário a participação efetiva dos associados no processo decisório e no acompanhamento do desempenho, e para tanto cada associado deve ter plena consciência política e social. A gestão da cooperativa deve ser democrática e participativa.

Esta gestão participativa é o que diferencia a organização social das cooperativas das demais formas de sociedade. A cooperativa existe para defender o interesse de seus associados e por isso precisa contar com a participação de todos no processo decisório, para que as decisões visem sempre o bem comum.

2.1.3 Princípios universais do cooperativismo

Kreutz (2004) cita os atuais princípios do cooperativismo, de acordo com o Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional – ACI (realizado em Manchester, Inglaterra, em 1995): Adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e preocupação com a comunidade.

Princípios como a educação e formação e informação devem estar inseridos em todas as formas de sociedade, contudo este é mais um diferencial do cooperativismo, que busca além de resultados financeiros e econômicos o bem estar social de seus participantes.

2.1.4 Valores do cooperativismo

Os valores do cooperativismo são descritos nessa citação de Kreutz (2004, p. 10):

“As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante”.

A busca desenfreada pelos resultados, tem afastado as organizações dos princípios éticos e morais. Quando da fundação das cooperativas, os criadores tinham como base o bem estar de todos que a elas estivessem ligados. Na atualidade, quem sabe já não sejam tão relevantes os tradicionais princípios e valores do cooperativismo, é preciso portanto, que os fundadores e cooperados de hoje tenham em mente os mesmos valores do passado.

2.1.5 Contexto histórico do cooperativismo

A cooperação, de acordo com Kreutz (2004) remota às antigas civilizações, nas quais havia associações de pessoas para o desenvolvimento de diversas

atividades, como caça, pesca, coleta de frutos, e posteriormente o cultivo do solo e a criação de animais. Havia a ajuda mútua, e o trabalho em conjunto que visava o benefício da coletividade.

Conforme afirmação de Alves (2002, p. 05): “Na Babilônia, no Egito e na Grécia já existiam formas de cooperação nos campos de trigo e no artesanato”. Ainda de acordo com o autor, no século XV, quando a América foi descoberta pelos europeus, constatou-se que as civilizações Asteca, Maia e Inca já possuíam formas de cooperação baseadas em regime de verdadeira ajuda mútua.

O cooperativismo moderno, contudo, surge no século XIX, durante a Revolução Industrial. As fábricas atraíam a população rural para a cidade, e como a migração tornou-se cada vez mais expressiva houve mão-de-obra excedente. Como a mão-de-obra passou a ser barata, houve a exploração dos trabalhadores pelos donos das fábricas, que estipulavam jornadas de trabalho abusivas e salários miseráveis (KREUTZ, 2004).

Alves (2002, p. 05) cita que “Os movimentos de cooperação foram conduzidos por idealistas, como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão”.

Diante do cenário caótico, conforme expõe Kreutz (2004), surge uma organização de pessoas que almejavam fugir dessa exploração: a “*Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*” (Sociedade Pioneiros Equitativos de Rochdale), no dia 21 de Dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, na cidade de Manchester, Inglaterra, tendo como iniciador deste movimento o inglês Robert Owen. Eram 28 tecelões (27 homens e 01 mulher), que se uniam para formar uma cooperativa de consumo (que iria adquirir principalmente itens de primeira necessidade, como alimentos). Essa cooperativa, desde o início, já possuía vários objetivos relacionados a expansão e obtenção de benefícios a seus associados. Para o levantamento do capital social necessário para a fundação da cooperativa, cada um dos 28 tecelões contribuiu com 01 Libra, e um ano após a fundação o capital social já alcançara a marca de 180 Libras. Dez anos após a fundação, o número de associados era de 1.400 pessoas.

Após o sucesso da cooperativa de Rochdale, como afirma Kreutz (2004), surgiram outras pela Europa (cooperativas de trabalho na França e de crédito na Alemanha e Itália) e posteriormente para todo o mundo. Segundo Kreutz (2004), na

França o cooperativismo foi incentivado por Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc, que organizaram várias cooperativas de produção, principalmente com os artesãos prejudicados (marginalizados) pela Revolução Industrial. Em 1881 existiam 1.000 cooperativas que totalizavam 550 mil associados.

Atualmente, o cooperativismo está presente de forma marcante em inúmeros países, conforme Kreutz (2004, p. 7-8):

“No Japão, as cooperativas ocupam um lugar relevante no desenvolvimento das regiões rurais; Nos Estados Unidos foram as cooperativas que levaram a energia elétrica ao mundo rural no decorrer da última geração; Na Romênia, as cooperativas de turismo e viagem são as primeiras do país, pela importância de sua rede e pelo número de estações de férias; Na Índia, cerca de metade da produção açucareira vem de cooperativas; Na região baixa da Espanha, as cooperativas de Mondragon fazem parte, em escala nacional, dos maiores fabricantes de refrigeradores e de equipamentos eletrodomésticos; Na Itália, as cooperativas operárias de diversos setores são reconhecidas como o setor de ação mais eficaz, na luta contra o desemprego; No Canadá, um habitante em três é membro de uma cooperativa de crédito, e mais de 75% da produção de trigo e outros cereais do país passam pelas mãos de cooperativas de comercialização; Nos mercados de distribuição de produtos alimentares da Europa, as cooperativas de consumo estão na frente em vários países e Finlândia e Suíça ocupam os primeiros lugares; Entre os cinquenta maiores sistemas bancários do mundo, cinco são cooperativos. Destacam-se França, Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Japão; Nos países escandinavos, as cooperativas agrícolas têm de longe a maior parte do mercado da maioria dos produtos, às vezes mais de 90%; Na França, Polônia e Filipinas funcionam, com muito sucesso as cooperativas escolares. O movimento cooperativista internacional conta com mais de 760 milhões de pessoas: por isso, é um importante movimento sócio-econômico mundial”.

2.1.6 Contexto histórico do cooperativismo no Brasil

No Brasil, o cooperativismo é introduzido no ano de 1847, com a fundação da colônia Teresa Cristina, moldada nos ideais humanistas, no estado do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre, juntamente com outros europeus, de acordo com o Portal do Cooperativismo (2008). Posteriormente, em 1891, segundo Alves (2002), foi fundada a primeira cooperativa brasileira de consumo, a dos funcionários da Companhia Telefônica em Limeira, no estado de São Paulo. O cooperativismo de crédito foi introduzido inicialmente no estado do Rio Grande de Sul, pelo padre jesuíta Theodor Amstad, em 1902, conforme afirma o *site* Cooperativismo de Crédito (2008).

Kreutz (2004, p. 18) apresenta a seguinte afirmação:

“Nas décadas de 50 e 60, principalmente, o cooperativismo teve relativa expansão no Brasil, destacando-se o cooperativismo agropecuário. Atualmente, com mais de 5.600 cooperativas, o cooperativismo atua nos mais variados setores da economia, estendendo-se a diversos segmentos da sociedade brasileira, com relativa expressão de crescimento, no setor urbano”.

2.1.7 Legislação cooperativista brasileira

Kreutz (2004) afirma que a legislação cooperativista no Brasil iniciou-se em 1903, através do Decreto 979, que tratava dos Sindicatos Agrícolas e fazia referência (em seu artigo 1º) à organização das cooperativas. No ano de 1907, com a publicação do Decreto 1.637, embora desprovida das contemplações filosófico-doutrinárias do cooperativismo universal, marcou o início do tratamento legislativo das sociedades cooperativas.

Em 1932, segundo Kreutz (2004, p. 18-19), ocorre o marco mais importante no tocante à consolidação jurídica das sociedades cooperativas, por meio da publicação do Decreto 22.239, cujo artigo 2º definia que “As sociedades cooperativas, qualquer que seja sua natureza, civil ou comercial, são sociedades de pessoas e não de capital, de forma jurídica *sul genens*”. Entre os anos de 1964 e 1971, com o Decreto-Lei 59, de acordo com a autora, há uma modificação nas legislações cooperativistas anteriores e a definição da política nacional de cooperativismo e, por meio de tantos outros Decretos-Leis, é instituído o Sistema Financeiro de Habitação e como consequência, o cooperativismo habitacional. Também nesse período são criadas as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (através do Estatuto da Terra), sujeitou-se as cooperativas de crédito ao Conselho Monetário Nacional (quanto à parte normativa) e ao Banco Central do Brasil (em relação à fiscalização), e determinou-se a isenção do Imposto de Renda para as sociedades cooperativas.

Ainda de acordo com Kreutz (2004, p. 18-19), a Lei 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) caracteriza, no direito cooperativo, as sociedades cooperativas como sociedades civis e não comerciais. A Lei 6.981, de 1982, alterou o artigo 42 da Lei 5.764/71, vedando a representação por procuração, facultando uma abertura à organização de delegados e representantes dos associados. Conforme expõe a autora: “É a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define

a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas”. Zanluca (2008) menciona que, com a instituição do Novo Código Civil Brasileiro (que entrou em vigor a partir de 11/01/2003, tendo sido estabelecido pela Lei 10.406/2002), deixou de haver número mínimo de associados, devendo apenas haver um número de associados suficiente para a composição da administração do quadro social.

A Lei 5.764/71 estabelece as características gerais da sociedade cooperativa, apresenta a classificação das cooperativas, trata da formação do quadro social e associados, capital social, denominação social, administração, forma constitutiva, autorização para funcionamento, livros, sobras líquidas resultantes das operações, registro nos órgãos competentes, dissolução e liquidação, entre outros importantes tratamentos (ZANLUCA, 2008).

2.1.8 Cooperativismo de crédito

Quanto às cooperativas de crédito, Zanluca (2008, p. 15) apresenta a seguinte definição:

“As cooperativas de crédito têm por objetivo fomentar as atividades do cooperado via assistência creditícia. É ato próprio de uma cooperativa de crédito a captação de recursos, a realização de empréstimos aos cooperados bem como a efetivação de aplicações financeiras no mercado, o que propicia melhores condições de financiamento aos associados”.

As primeiras cooperativas de crédito, conforme afirma Alves (2002), surgiram na Alemanha e Itália, em meados do século XIX.

O sistema cooperativo de crédito no Brasil, segundo o Banco Central do Brasil (2003), contava em Maio de 2003 com 02 bancos cooperativos (Bansicredi e Bancoob), sendo um múltiplo e o outro comercial, 04 confederações, 01 federação, 38 cooperativas centrais e 1.344 cooperativas singulares em funcionamento, somando mais de 1,5 milhão de pessoas associadas.

De acordo com o Sicredi B (2008), existem hoje 49 mil cooperativas de crédito no mundo todo, contando com a participação de 177 milhões de associados. No Brasil, são aproximadamente 1.400 cooperativas de crédito e 3,6 milhões de associados (sendo 129 cooperativas pertencentes ao Sistema Sicredi, com a participação de 1,4 milhão de associados).

Conforme o Sicredi B (2008):

“A cooperativa de crédito atua numa determinada localidade ou categoria profissional, e o retorno dos investimentos é aplicado na própria região de atuação, fortalecendo a economia ao seu redor. O resultado de uma cooperativa de crédito é repassado aos associados, proporcionalmente ao volume das suas operações. Quanto mais se usa os produtos e serviços, maior é a rentabilidade do negócio”.

Segundo o site Cooperativismo de Crédito (2009), as Cooperativas de Crédito brasileiras podem ser constituídas com o objetivo de atender os seguintes públicos (Resolução 3442/72):

a) cooperativas de crédito mútuo de empregados: constituídas por empregados ou servidores não eventuais de ente público ou de determinado conjunto de órgãos públicos; de entidade de direito privado ou conglomerado econômico de entes privados; ou de conjunto de pessoas jurídicas que desenvolvam atividades idênticas ou estreitamente ligadas entre si por afinidade ou complementariedade, desde que tal conjunto já esteja previamente delimitado;

As cooperativas de crédito mútuo de empregados são constituídas por funcionários de uma mesma instituição que tem como objetivo o crédito mútuo entre os cooperados. Podem ser citados como exemplo a Banricoop - Cooperativa de crédito mútuo dos funcionários do Banco do Estado do Rio Grande de Sul, e também a Paranacoop – Cooperativa de crédito mútuo dos servidores públicos do estado do Paraná. Ambas tem como objetivo o empréstimo de dinheiro para os cooperados.

b) cooperativas de crédito mútuo de profissionais liberais: constituídas por pessoas que desenvolvam alguma profissão regulamentada, como advogados, médicos, contadores etc.; ou que atuem em atividade especializada, como pedreiros, eletricitas, padeiros etc.; ou ainda, pessoas cujas atividades tenham objetos semelhantes ou identificáveis por afinidade ou complementariedade, como é o caso de arquitetos e engenheiros; médicos e dentistas, entre outros;

Assim com as cooperativas de crédito mútuo de empregados, as cooperativas de crédito mútuo de profissionais liberais, tem como objetivo o empréstimo de recursos, porém esta alcança profissionais de uma mesma classe, e não apenas funcionários da mesma empresa.

c) cooperativas de crédito rural: constituídas por pessoas que desenvolvam, atividades agrícolas, pecuárias, extrativas ou de captura e transformação do pescado, desde que inseridas na área de atuação da cooperativa;

As cooperativas de crédito rural, visam atos cooperados entre pessoas envolvidas com o meio rural, que tenham objetivos comuns, e que precisem financiar seu negócio.

d) cooperativas de crédito mútuo de empreendedores: constituídas por pequenos e microempresários que se dediquem a atividades de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, com receita bruta anual enquadrada nos limites de, no mínimo, R\$ 244.000,00 e, no máximo, R\$ 1.200.000,00. Limites estes fixados pelo art. 2º da Lei 9.841/99, para as empresas de pequeno porte. Neste tipo de cooperativa podem ser incluídas as atividades descritas para as cooperativas de crédito rural;

As cooperativas de crédito mútuo de empreendedores, são criadas geralmente para incentivar pequenos empresários que necessitem de crédito sem burocracia para custear seu empreendimento.

e) cooperativas de crédito mútuo de livre admissão de associados: cujo quadro social é constituído e delimitado em função de área geográfica (localidades com menos de 100 mil habitantes, no caso de criação de cooperativa e localidades com menos de 2 milhões de habitantes no caso de transformação de cooperativas existentes em cooperativas de livre admissão de associados). Neste tipo de cooperativa, qualquer grupo de pessoas, desde que corresponda às exigências da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas) e das normas regulamentares emanadas do Banco Central, pode formar uma cooperativa de crédito. Entre os anos 60 e 70 era proibida a criação desse tipo de cooperativa, elas só voltaram a ser plenamente admitidas em 2003, com a Resolução nº3.106 do Banco Central.

A Cooperativa de Crédito Sicredi Univales, que é objeto de estudo na presente pesquisa, enquadra-se como cooperativa de crédito mútuo de livre admissão.

2.1.9 O cooperativismo de crédito no Brasil

O cooperativismo de crédito chegou ao Brasil em 1902, trazido da Europa pelo padre Theodor Amstad, com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço do seu próprio desenvolvimento.

A primeira cooperativa de crédito da América Latina foi constituída no município gaúcho de Nova Petrópolis, em 28 de dezembro do mesmo ano, com o objetivo de prestar serviços bancários a seus associados com condições mais favoráveis. (FRANKE, 1978, p.5).

O Cooperativismo possui legislação própria (Lei 5.764/71). Diante do objetivo geral das sociedades cooperativas, na Constituição Federal de 1988 foi assegurado em diversos dispositivos o direito à sociedade de se organizar em cooperativas, cabendo ao Estado apoiá-las e incentivá-las. A Constituição Federal em seu art. 192, inciso XIII, assegura que as cooperativas de crédito passem a fazer parte das instituições financeiras que integram o sistema financeiro nacional.

Com o advento da revolução de 1964, o estado brasileiro chamou para si a função de promover o desenvolvimento econômico, cujo projeto implicava profunda reforma no Sistema Financeiro Nacional, no qual as Cooperativas de Crédito, embora integrantes, albergadas pela lei n.4.95/64, tiveram partes de sua função atribuídas a instituições financeiras de propriedade do Estado e, com relação às demais, lhes foi restringido o espectro operacional. (SCHARDONG, 2003, p.63)

Na década de 90, as cooperativas de crédito se tornam alternativa de instituição financeira a serviço da comunidade. Com inspiração nos modelos de financiamentos dos países europeus, foram reunidas as cooperativas remanescentes e constituiu-se a Cooperativa de Crédito Central do Rio Grande do Sul Ltda. Forma-se assim o Sistema de Crédito Cooperativo do Rio Grande do Sul-RS.

Com a resolução 2.193/95 as cooperativas de crédito, passaram a constituir seus próprios bancos cooperativos e com isso constituir uma alternativa de prestar serviços bancários às comunidades onde estão inseridas. Hoje temos no Brasil dois bancos cooperativos: O BANSICREDI (Banco Cooperativo Sicredi S.A), fundado em 1995, em Porto Alegre-RS e o BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil S.A), fundado em 1997, com sede em Brasília – DF, integrando assim as cooperativas de crédito ao sistema financeiro nacional. (SCHARDONG, 2003, p. 49)

O cooperativismo de crédito é o grupo que mais cresceu no sistema financeiro nacional nos últimos dois anos. “Suas carteiras de empréstimos obtiveram aumento de 50% atingindo 4,2 bilhões de reais representando 1,4% do patrimônio de todo sistema financeiro nacional”. (ROSA, L. 2006, p.4)

As cooperativas de crédito são instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), seu funcionamento é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas operações fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

Conforme descreve Pinheiro (2008, p. 05), o objetivo das cooperativas de crédito é a prestação de serviços aos seus associados de forma mais vantajosa que

os bancos e financeiras, com as taxas menores, aplicações mais remuneradas e com menores exigências.

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor. (PINHEIRO, 2008, p. 07)

Segundo Pinheiro (2008, p. 08) o cooperativismo de crédito no Brasil respondia, em dezembro de 2006, por 2,26% das operações de crédito realizadas no âmbito da área bancária do Sistema Financeiro Nacional e possuía 2,62% do patrimônio líquido total da área bancária do Sistema Financeiro Nacional, atendendo a mais de três milhões de pessoas.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o sistema de cooperativas encerrou 2008 com um saldo na carteira de R\$ 21,8 bilhões, somou R\$ 18,9 bilhões em depósitos e totalizou R\$ 44,5 bilhões em ativos.

2.2 Controle Interno

O controle interno é ferramenta fundamental para o sucesso de qualquer organização, conforme descreve Almeida (2007, p. 26):

“O risco de ocorrência de um erro, em uma empresa com um bom sistema de controle interno, é muito menor do que em uma empresa com um sistema de controle interno ruim. O auditor externo utiliza o sistema de controle interno da empresa para determinar a amplitude dos testes de auditoria, ou seja, quando o controle interno é bom, o auditor externo faz um menor volume de testes; caso contrário, o auditor externo faz um maior volume de testes”.

O ambiente onde as empresas encontram-se inseridas está continuamente se modificando. Em virtude destas mudanças, verifica-se claramente que a competição tende a ficar cada vez mais acirrada. O aumento da concorrência vem provocando profundas transformações nos sistemas produtivos das organizações. A tendência destas modificações pode ser verificada fazendo-se uma comparação entre o sistema produtivo de uma empresa moderna, existente no mercado atual, e o de

uma empresa tradicional, destas que mesmo estando inseridas no mercado atual não se preocupam em adaptar-se à nova realidade.

“Eventuais problemas que dizem respeito à efetividade dos controles internos adotados podem estar em todas as áreas da empresa (desenvolvimento do produto, comercialização, tesouraria etc.). Isso significa que um adequado sistema de controle sobre cada uma dessas funções assume fundamental importância para atingir resultados mais favoráveis, pois onde não existem procedimentos de controles internos, são freqüentes os erros e os desperdícios”. (GALHARDO, p. 65)

Para enfrentar esta situação que se apresenta, é necessário que os sistemas de gestão e de informações gerenciais adaptem-se ao novo ambiente, desenvolvendo-se novos princípios e métodos apropriados ao contexto atual. A integração entre os sistemas de planejamento e controle é essencial para o bom desempenho da empresa.

“O controle interno é essencial para efeito de todo trabalho de auditoria e assim, a existência de um satisfatório sistema de controle interno reduz a possibilidade de erros e irregularidades. Essa indicação está incorporada nas normas de auditoria e reforça a importância do estudo e da avaliação do sistema de controle das empresas, pelo auditor, como a base para a determinação da natureza, extensão e oportunidades dos exames de auditoria a serem aplicados”. (ATTIE, 2006 p. 47)

Segundo Attie (2006, p. 110) o comitê de procedimentos de auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, afirma: “O controle interno compreende o plano da organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

“Ao avaliar os controles internos, o auditor identifica o nível de confiança que pode depositar neles, de forma a fixar os procedimentos de auditoria que irá adotar, com o objetivo de afastar o risco de erros. Quanto piores os controles internos, maior será a quantidade de transações e saldos que o auditor irá verificar”. (FERREIRA, 2005, p. 87).

Attie (2006, p. 112) coloca ainda que o controle interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir seus objetivos.

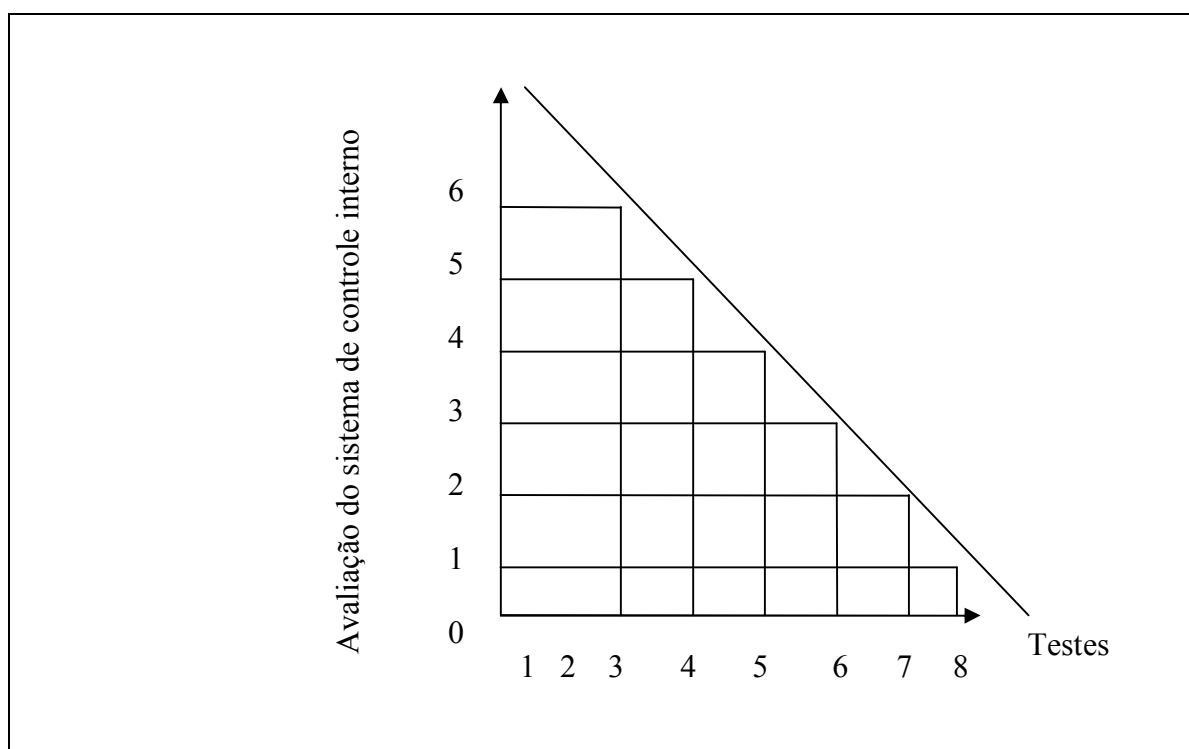
“Todas as empresas possuem controles internos. A diferença básica é que estes podem ser adequados ou não. A classificação pode ser dada analisando-se a eficiência dos fluxos de operações e informações e seus custos/benefícios”. (ATTIE, 2006 p. 113).

O controle interno pode e deve ser implementado em todos os setores da empresa, para que seja possível a análise da organização como um todo.

“Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir controle orçamentário, custo-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, por exemplo, estudo de tempos e movimentos e controle de qualidade”. (ATTIE, 2006 p. 114).

Uma correta avaliação dos controles internos pode prevenir erros e fraudes, bem como verificar os pontos fracos da entidade. Almeida (2007, p. 73), coloca os pontos que a avaliação do sistema de controle interno compreende:

“Determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer; verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades; analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria; emitir relatório-comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa”.



Quadro 01. Avaliação do sistema de controle interno e volume de testes.
Fonte: Almeida (2007, p. 61).

O quadro 01, demonstra que quanto maior o controle interno, menor é o número de testes que o auditor precisa fazer.

Attie (2006, p. 117) descreve os quatro objetivos básicos do controle interno como sendo:

- A salvaguarda dos interesses da empresa;
- A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- O estímulo à eficiência operacional; e
- A aderência às políticas existentes.

A diretoria da organização deve trazer para si a responsabilidade sobre a elaboração e a aplicação dos controles internos. O envolvimento de todos os setores da empresa, e o cumprimento das políticas por ela estabelecidas, aumenta a credibilidade quanto à eficiência desta empresa, o que pode ser fator imprescindível para sua permanência no mercado.

“O comportamento dos administradores acerca da integridade e da permanente difusão da cura dos controles internos é essencial para se obter eficientes e eficazes sistemas de controle interno. Os administradores devem específica e consistentemente focalizar a atenção de todos os níveis para este aspecto crítico e importante”. (ATTIE, 2206 p. 125).

Conforme Ferreira (2005, p. 88) os controles internos podem ser divididos da seguinte forma:

- “1 – **Controles internos contábeis** – compreendem o plano de organização e o conjunto de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio e na promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis;
- 2 – **Controles internos administrativos** – compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na promoção da sua eficácia operacional (eficácia na gestão do patrimônio)”.

Existem alguns padrões de comportamento que se adotados pela empresa podem reforçar os controles internos. Crepaldi (2004, p. 125), relata que recompensar pessoas que buscam controles prevenindo ocorrência de perdas, disciplinar a obediência às políticas, práticas e procedimentos, enfatizar a revisão dos relatórios de auditoria, inquirir todo o pessoal quanto aos controles, analisar a pressão exercida para crescimento e seus benefícios, enfatizar a importância do

peçoal à observação de padrões éticos e avaliar os programas de treinamento para educar sobre o valor da disciplina do controle interno são alguns exemplos de atitudes que auxiliam na execução do controle interno.

2.2.1 Princípios fundamentais dos controles contábeis

2.2.1.1 Segregação de Funções

Conforme o dicionário da língua portuguesa, segregar significa “por de lado, por à margem, separar, desligar, afastar, isolar”. Dessa forma a segregação de funções visa a separação das funções com o intuito de impedir que pessoas executem dentro da empresa ações do começo ao fim.

De acordo com Almeida (2007, p. 67) “a segregação de funções consiste em estabelecer que uma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno”. Isto significa que as pessoas não devem ter acesso a funções que possibilitem a modificação dos dados existentes. Almeida (2007, p. 67) cita como exemplo o caso de um funcionário que tivesse acesso aos ativos e registros contábeis, ele poderia desviar fisicamente o ativo e baixa-lo contabilmente para despesa, o que levaria a ocultar permanentemente essa transação. Outro exemplo que pode ser citado seria de um mesmo funcionário fazer a compras da empresa e ser o financeiro da mesma, o que possibilitaria o desvio de produtos adquiridos.

Attie (2006, p. 117), coloca que existem práticas que asseguram a integridade da empresa, e a divisão de funções e responsabilidades de forma que uma pessoa não possa manejar completamente uma operação do início ao fim.

Segregação de funções: estabelece a independência para as funções de execução operacional, custódia física e contabilização. Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação. Cada uma dessas fases deve, preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independentes entre si. (ATTIE, 2006, p. 117).

Além da segregação de funções, existem outros meios que levam a salvaguarda dos interesses da organização no que se refere a proteção do patrimônio líquido contra quaisquer perdas e riscos, causados por erros ou irregularidades.

Sistema de autorização e aprovação	Compreende o controle das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e os riscos envolvidos. Na medida do possível, a pessoa que autoriza não deve ser a que aprova para não expor a risco os interesses da empresa.
Determinação de funções e responsabilidades	Determina para cada funcionário a noção exata de suas funções, incluindo as responsabilidades que compõe o cargo. A existência de organogramas claros determinam linhas de responsabilidades e autoridades definidas por toda a linha hierárquica.
Rotação de funcionários	Corresponde ao rodízio dos funcionários designados para cada trabalho; possibilita reduzir as oportunidades de fraudes e resulta, geralmente, em novas idéias de trabalho para as funções.
Carta de fiança	Determina aos funcionários que em geral lidam com valores a responsabilidade pela custódia de bens e valores, protegendo a empresa e dissuadindo, psicologicamente, os funcionários em tentação. De acordo com as circunstâncias pode-se utilizar seguro fidelidade, isolada ou conjuntamente à carta de fiança.
Manutenção de contas de controle	Indica a exatidão dos saldos das contas detalhadas, geralmente controladas por outros funcionários. Permite a realização de confrontação permanente entre os saldos detalhados e o salto sintético, e a aplicação de procedimentos de comprovação da exatidão dos registros.
Seguro	Compreende a manutenção de apólice de seguros, a valores adequados de reposição, dos bens, valores e riscos a que está sujeita a empresa.
Legislação	Corresponde à atualização permanente sobre a legislação vigente, visando diminuir riscos e não expor a empresa às contingências fiscais e legais pela não-observância aos preceitos atuais vigentes.
Diminuição de erros e desperdícios	Indica a detecção de erros e desperdícios na fonte; comumente essas falhas são originadas devido a controles mal definidos, falta de controles, cópias e vias excessivas etc.
Contagens físicas independentes	Corresponde à realização de contagens

	físicas de bens e valores, de forma periódica, por intermédio de pessoa independente ao custodiante, visando maximizar o controle físico e resguardar os interesses da empresa.
Alçadas progressivas	Compreende o estabelecimento de alçadas e procurações de forma escalonada, configurando aos altos escalões as principais decisões e responsabilidades. A utilização de alçadas progressivas, com dupla assinatura de pessoas independentes entre si, fornece maior segurança à empresa, permitindo que as principais decisões, de acordo com os riscos e valores envolvidos, fiquem canalizadas junto aos principais administradores.

Quadro 02. Meios para salvaguardar os interesses da empresa.

Fonte: Attie (2006, p. 118)

2.2.1.2 Controle das operações internas

De acordo como o dicionário da língua portuguesa, controle é “ato, efeito ou poder de controlar; domínio, governo. Fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc. para que tais atividades ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas”.

Assim, o controle interno das operações visa fiscalizar e manter em ordem os procedimentos feitos durante a atividade operacional da empresa. Esse controle das operações tem caráter fiscalizador e organizador das ações.

As inúmeras tarefas praticadas pelos diversos setores de uma empresa necessitam de uma linha mestra de raciocínio e de conduta. Cada um dos segmentos tem suas particularidades e cada indivíduo precisa conhecer sua tarefa, para que a totalidade mova a empresa como um todo. (ATTIE, 2006, p. 120).

Segundo Almeida (2009, p. 64) “as atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”. Isso possibilita um melhor controle das operações, apontando claramente quem é o responsável por cada tipo de operação dentro da empresa. Conhecer as operações da empresa ajudará também o auditor a fazer um bom trabalho.

O conhecimento da empresa em sua totalidade, das operações e atividades por ela praticadas, de como e porquê a empresa faz o que faz é essencial para realizar uma auditoria eficiente e eficaz. Quanto melhor o auditor compreender o dado em profundidade, maior possibilidade haverá de o exame ser eficiente, e mais valioso será o serviço do auditor. Se o auditor entende as operações e atividades da empresa, e em particular, o dado em afirmação, poderá estudar melhor seus procedimentos e até idealizar aplicações específicas de acordo com as circunstâncias. (CREPALDI 2004, p. 45)

2.2.1.3 Acompanhamentos dos procedimentos internos

Não basta apenas estabelecer procedimentos que devem ser seguidos pelos funcionários da empresa. É preciso que depois desse estabelecimento, exista um acompanhamento para que haja comprovação de que estes estão sendo cumpridos. Quanto mais rigorosamente forem seguidos estes procedimentos, menor será o risco de erros.

É preciso que os funcionários sejam estimulados à aderirem aos procedimentos e às políticas existentes na empresa, para que a funcionalidade da atividade operacional não fique prejudicada.

Crepaldi (2004, p. 121) cita os principais meios para que se consiga aderência aos procedimentos e às políticas da organização:

Supervisão: a supervisão permanente possibilita melhor rendimento pessoal, corrigindo-se rapidamente possíveis desvios e dúvidas decorrentes da execução das atividades. À medida do possível, a estrutura da empresa precisa permitir número de funcionários em extensão compatível que possibilite efetiva supervisão. Quando não são aplicados os procedimentos de controle adequados, a eficiência do sistema passa a depender, em grande parte, da supervisão exercida.

Sistema de revisão e aprovação: indica, através do método de revisão e aprovação, que políticas e procedimentos estão sendo adequadamente seguidos.

Auditoria interna: possibilita a identificação de transações realizadas pela empresa que estejam em consonância com as políticas determinadas pela administração.

Nota-se, portanto que o acompanhamento dos procedimentos por meio de supervisão, sistema de revisão e aprovação e também por meio da auditoria interna é imprescindível para que os funcionários sigam corretamente as indicações da empresa.

2.2.1.4 Qualificação técnica

Uma equipe de pessoas qualificadas pode ser o ponto definitivo para o sucesso da instituição. A qualificação técnica conscientiza o funcionário da importância de seguir corretamente os procedimentos internos impostos pela empresa. Assim o controle interno se torna mais útil e eficaz.

Um sistema de controle interno que funcione corretamente não depende apenas do planejamento efetivo da empresa e da eficiência dos procedimentos e práticas instituídas, mas também da competência de todo o pessoal envolvido, para levar adiante, de forma eficiente e econômica, os procedimentos prescritos. Assim todas as pessoas que compõe a empresa precisam receber informações adequadas para a realização de suas tarefas e treinamentos apropriados no âmbito técnico, gerencial e operacional. (ATTIE, 2006, p. 117)

Conforme Ferreira (2005, p. 139) o controle da qualificação técnica do pessoal que irá desempenhar as funções dentro da empresa também pode ser instituído pela auditoria, que tem o objetivo de verificar a qualidade da execução dos serviços.

De acordo com Lacerda (2008) há 200 anos um profissional poderia passar toda a sua vida útil sem aprender nada de novo, apenas fazendo o que aprendeu no início da carreira. Hoje isso é impossível. A globalização fez com que o mercado se tornasse mais complexo e dinâmico, exigindo das empresas rapidez e eficiência para lidar com as constantes mudanças, condição essencial para sua sobrevivência.

Assim sendo, cabe ao profissional dedicação e interesse para aprofundar seus conhecimentos técnicos dentro da empresa, e cabe à empresa proporcionar cursos e treinamentos para que o funcionário alcance essa profissionalização.

Naturalmente essa necessidade se refletiu nos profissionais. Nenhuma empresa hoje quer “mão de obra”. O que se procura são “cabeças de obra”, profissionais altamente capacitados, que assumem responsabilidades, tomam decisões e resolvem situações complexas e inusitadas com rapidez e segurança. Isso não aparece do nada. Somente com constante aperfeiçoamento e estudo, o profissional consegue as ferramentas necessárias para utilizar em suas atividades diárias dentro dessas condições. (LACERDA, 2008).

2.2.1.5 Padronização das Funções

Padrão, segundo o Dicionário da língua portuguesa, significa “modelo oficial de pesos e medidas, aquilo que serve de base ou norma para avaliação de qualidade ou quantidade”. No sentido figurado é colocado também como modelo, exemplo, qualidade, gabarito.

Nota-se então que a padronização das funções dentro de uma organização é imprescindível para o alcance dos objetivos. Assim sendo essa padronização diz respeito ao funcionário seguir um modelo pré-estabelecido para executar determinada função.

Segundo Chiavenato (1992) *apud* Silva *et al* (2004, p. 06), os diferentes recursos das empresas podem ser avaliados e controlados por vários tipos de padrões, expressos em termos de tempo, unidades físicas, dinheiro, ou através de outros índices, classificando-os basicamente de:

- a) Padrões de quantidade: que representam, por exemplo, o número de empregados, o volume de produção, o volume de vendas, o percentual de rotação dos estoques, o índice de acidentes, etc.;
- b) Padrões de qualidade: descrevem os padrões de qualidade para a produção, os de funcionamento dos equipamentos e máquinas, a qualidade dos produtos e serviços ofertados, a assistência técnica, etc.;
- c) Padrões de tempo: referem-se aos tempos-padrões de produção, tempo de processamento de pedidos, tempo de atendimento ao cliente, etc.;
- d) Padrões de custos: relacionam-se com os custos diretos e indiretos da produção, a relação custo-benefício de um novo equipamento, custos de estocagem, etc.

Para Campos (1992) *apud* Silva *et al*. (2004, p. 03), gerenciar significa estabelecer novos padrões, modificar os padrões existentes ou cumprir os atuais padrões. Portanto, conclui-se que a padronização é a base do gerenciamento eficiente.

2.2.1.6 Rotinas Internas

Assim como a padronização das funções, deve existir dentro da empresa um manual de organização das rotinas internas. Segundo Almeida (2007, p. 65) essas rotinas compreendem, por exemplo:

Formulários internos e externos como, por exemplo:

- Requisições de aquisição de material ou serviço
- Formulário de cotação de preços (para solicitar preços aos fornecedores);
- Mapa de licitação (para selecionar o fornecedor que ofereceu as melhores condições comerciais);
- Ordem de compra (para formalizar a compra junto ao fornecedor);
- Aviso de recebimento de material (evidência do recebimento de bens comprados);
- Mapa de controle de programação financeira;
- Fichas de lançamento contábil;
- Boletim de fundo fixo (para fins de prestação de contas dos valores pagos através do caixa);
- Carta de comunicação com os bancos;
- Formulário de devolução de material;
- Pedido de vendas;
- Relatório de prestação de contas de adiantamento para viagem;

A padronização desses formulários internos e externos facilita a organização dentro da empresa, bem como a identificação do documento citado.

Rotina, segundo o Dicionário da língua portuguesa, é “caminho já percorrido e conhecido, seqüência de atos ou procedimentos que se observa pela força do hábito”. Com isso pode-se entender que a rotina de uso de formulários padronizados leva a total segurança quanto ao documento que está sendo utilizados, e assegura organização dos documentos da empresa.

2.3 Auditoria

O trabalho de auditoria muitas vezes é percebido como mera avaliação das atividades do Departamento de contabilidade de uma organização. Com a chegada do auditor, os funcionários normalmente se sentem vigiados e ficam intranquilos. O trabalho de auditoria, ainda que em algumas situações especiais necessite fazer fiscalizações rigorosas, não tem como objetivo policiar profissionais ou suas atividades.

Como é do conhecimento de todos os que labutam com o tema, o termo *auditoria*, etimologicamente falando, origina-se do latim *audire*, “ouvir”. Inicialmente os ingleses o traduziam como *auditing* para designar, exclusivamente, o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão dos registros contábeis. Em nossos dias é praticamente uníssono o entendimento de que prevalece o seu sentido mais amplo, que consiste na ação independente de se confrontar uma determinada condição com um critério pré-estabelecido, que se configura como a situação ideal, para que se possa opinar ou comentar a respeito. (ARAÚJO, 1999 p. 13).

A auditoria deve ser compreendida como um conjunto de ações de assessoramento e consultoria. A verificação de procedimentos e a validação dos controles internos utilizados pela organização permitem ao profissional auditor emitir uma opinião de aconselhamento à direção da entidade em estudo, garantindo precisão e segurança na tomada de decisão. Muitas vezes o trabalho é executado com a finalidade de atender a interesses de acionistas, investidores, financiadores e do próprio Estado, ou para cumprir normas legais que regulam o mercado acionário. É comum, ao término de uma auditoria, a emissão de um documento formal, conhecido como Parecer da Auditoria, que segundo Crepaldi (2004, p. 143):

É o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações nele indicadas. Esse parecer serve para publicação junto às Demonstrações Financeiras ou Contábeis, no encerramento de um período ou do exercício social, por força de exigência da legislação. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é a entidade que regula a profissão e o exercício profissional, sendo a responsável pela fiscalização do segmento.

Na profissão contábil existem vários ramos que podem ser seguidos pelos profissionais da área, dentre os quais se destaca a auditoria, que tem se tornado ferramenta importante para as tomadas de decisões dentro das organizações.

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. O exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e das demonstrações deles decorrentes. (ATTIE, 2006 P. 25).

De maneira geral pode-se dizer que a auditoria serve para levantar dados e verificar a validade e a veracidade destes dados.

O termo auditoria tem sido empregado para diferentes tipos de atividades, mas com a mesma finalidade, qual seja de um especialista em sua área de atuação com vistas à emissão de uma opinião. Essa opinião tem de estar abalizada e se concreta não se permitindo a emissão de uma opinião se que tenham sido obtidos os elementos comprobatórios que atestem a veracidade de certa afirmação. (ATTIE, 2006, p. 42).

A necessidade que as empresas tem de controlar os processos internos e o desempenho de seus colaboradores é o um dos fatores que levam as organizações

a aderirem à auditoria, tomando-a como ferramenta importante no dia-a-dia da empresa.

Não se sabe dizer com exatidão quando teve origem a Auditoria no Brasil, porém existe o primeiro trabalho registrado a aproximadamente um século atrás, trabalho este realizado pela empresa de Auditoria Clarkson & Cross, atualmente Ernst Young, feito na empresa Tramway Light & Power Co.(Ricardino,2004).

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espalhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas. (ATTIE, 2006, p. 27).

Percebia-se a importância da Auditoria, que já era praticada pelo mercado, no exterior haviam escolas onde se estudava a mesma, decidiu-se então estabelecer através de norma a inclusão da Auditoria, nos cursos acima citados. Sendo assim a imposição legal de extrema importância para o desenvolvimento da mesma em nosso país.

...a Auditoria, disciplinas ligadas ao campo social, sofreram as mesmas influências. Não obstante haja um hiato de quase duzentos anos separando a formalização do uso das partidas dobradas na Real Fazenda Portuguesa, através do Alvará de 28 de junho de 1808 e a introdução da obrigatoriedade do uso dos serviços de Auditoria Independente, em 14 de junho de 1965, em ambos os casos a regulamentação se fez através de diplomas legais. “Em estruturas legais mais voltadas ao modelo de civil law, a contabilidade em geral é regulada direta e legalmente pelo governo central”. (LOPES apud RICARDINO, 2004, p. 02).

Assim, a Auditoria foi evoluindo e amadurecendo em nosso território, as devidas normas foram sendo criadas e estudos começaram a surgir em relação à mesma.

A evolução da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações financeiras auditadas. (ATTIE, 2006 p. 29).

Para que a auditoria tenha credibilidade existem fatores que devem ser respeitados tais como a seriedade, imparcialidade e independência dos pareceres emitidos bem como das pessoas responsáveis pela emissão dos mesmos.

A função da auditoria deve ser exercida em caráter de entendimento e que o trabalho executado tenha e mereça toda a credibilidade possível; não sendo permissível existir qualquer sombra de dúvida quanto à honestidade e aos padrões morais do auditor. (ATTIE, 2006, p. 32).

O auditor é peça fundamental no sucesso do processo de auditoria, seu caráter, nível de conhecimento, imparcialidade e credibilidade são aspectos fundamentais na escolha da pessoa que irá desempenhar essa função.

O auditor deve ser absolutamente independente e imparcial na interpretação de tudo que lhe for apresentado, atestando a cada dado um pronunciamento conclusivo. A independência necessita orientar o trabalho do auditor no sentido da verdade, evitando interesses, conflitos, vantagens, sendo factual em suas afirmações. (ATTIE, 2006 p. 33).

Segundo Sá (2002, p. 21) “A denominação *auditor* é antiga, mas não se conhece ao certo sua origem nem a data precisa que se consagrou, admitindo-se que pudesse ter sido adotada por volta do século XII, na Inglaterra, no reinado de Eduardo I”. Nesse sentido Sá (2002, p. 21) coloca ainda que “O termo *auditor*, no latim, como substantivo, tinha o sentido apenas de significar “aquele que ouve”, ou “ouvinte”...”. Porém com o passar dos tempos e a chegada da Revolução Industrial, este conceito se modificou bastante.

“A Revolução Industrial, opera na segunda metade do Século XVII, imprimiu novas diretrizes às técnicas contábeis e especialmente às de auditoria, visando atender às necessidades criadas com o aparecimento de grandes empresas (em que tal natureza de serviço é praticamente obrigatória). Por isso, em 1845, ou seja. Pouco depois de a contabilidade penetrar nos domínios científicos, o Railway Companies Consolidation Act, obrigada a verificação anual dos balanços, que deveria ser feita por auditores”. (SÁ, 2002, p. 21).

A auditoria pode ser praticada em todos os níveis da organização. A determinação da prática pode atingir todos os setores, seja o setor administrativo, de produção ou de estoque. Embora não seja uma prática obrigatória, a auditoria tem sido usada nos mais diversos tipos de empresa, sejam elas do ramo do comércio, da indústria, da produção de serviços e outras.

Os serviços de auditoria são normalmente solicitados pela administração da empresa, pelo conselho de administração, pela diretoria executiva ou pelo conselho fiscal, não havendo compulsoriamente a obrigação de todas as empresas serem auditadas, exceto aquelas que por determinação legal, estatutária ou por força de contratos ou de empréstimos sejam compelidas a fazê-lo. (ATTIE, 2006 p. 36).

O Quadro 03 descreve as diferenças entre as funções do auditor externo e interno.

Auditor Interno	Auditor Externo
É empregado da empresa auditada;	Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
Menor grau de independência;	Maior grau de independência;
Executa auditoria operacional e contábil;	Executa apenas auditoria contábil;
Os principais objetivos são: • Verificar se as normas internas estão sendo seguidas; • Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas; • Verificar a necessidade de novas normas internas; • Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais;	O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	Menor volume de testes, já que o auditor externo está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Quadro 03. Diferenças entre o auditor interno e o auditor externo.
Fonte: Almeida (2007, p. 30)

A auditoria conta com órgãos que visam normatização, controle e orientação da atividade. Segundo Magalhães *et al* (2001, p. 43), estes órgãos são os seguintes:

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) – tem como principal objetivo a integração da classe contábil no continente.
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – estabelece normas técnicas, com maior atenção à pesquisa científica e ao controle da qualidade nas organizações.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – institui normas para os procedimentos de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define deveres e responsabilidades dos auditores independentes, emite seus registros e normatiza o exercício da auditoria no mercado de valores mobiliários.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – tem desenvolvido estudos buscando o controle do exercício profissional dos auditores e das normas de auditoria contábil.

Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) – vem prestando expressiva contribuição ao aperfeiçoamento do conhecimento contábil no Brasil, no que diz respeito ao aprimoramento, consolidação e difusão de estudos relativos aos conteúdos doutrinários de contabilidade e às traduções e divulgação de normas internacionais de auditoria.

Câmara Brasileira de Auditoria em Informática – instituição recente, já vem desenvolvendo estudos de forma orientativa, em que se abordam: *cultura/impacto; organização/responsabilidades; nível crítico/riscos; escopo.*

Os principais benefícios trazidos pela auditoria segundo a dados da Perfectum Auditoria e consultoria, vão desde a administração da empresa, aos investidores e também à sociedade.

Entidades Beneficiadas	Benefícios da auditoria
Administração da empresa	Fiscaliza a eficiência dos controles internos; Assegura maior correção dos registros administrativos e contábeis; Examina e opina sobre a adequação das demonstrações contábeis; Dificulta e detecta desvios de bens patrimoniais, pagamentos indevidos, omissões de registro de receitas, etc.; Aponta falhas na organização administrativa, nos controles internos e na gestão dos recursos da organização; Em fim, contribui para a eficiência e a eficácia da gestão.
Investidores	Contribui para maior exatidão das demonstrações contábeis; Possibilita melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas; Assegura maior exatidão dos resultados apurados.
Fisco	Contribui para maior exatidão dos registros e das demonstrações contábeis; Assegura maior exatidão dos resultados apurados; Contribui para maior observância das leis fiscais.

Sociedade	Dá credibilidade às demonstrações contábeis das empresas auditadas; Assegura credibilidade das informações, das quais dependerá a tranquilidade quanto: • à sanidade das empresas; • a garantia de empregos; • a aplicação dos benefícios fiscais aquilo para o qual ele foi instituído. Informa, através das demonstrações contábeis do conjunto das empresas auditadas, o grau de evolução e solidez da economia nacional.
-----------	--

Quadro 04. Benefícios trazidos pela auditoria.

Fonte: Perfectum Auditoria e consultoria

Em empresas que, como as instituições financeiras, lidam com grande volume de numerário, um dos maiores benefícios da auditoria gira em torno da prevenção de desfalques temporários ou permanentes.

Entende-se como desfalque o desvio de bens da empresa. Esse desvio acontece na maioria das vezes no caixa da empresa. Segundo Sá (2002, p. 257) a conta caixa é a preferida para prática de fraudes, já que a maior parte das transações de uma empresa passa por caixa.

De acordo com Sá (2002, p. 257), existem alguns critérios que a empresa pode adotar para prevenir práticas fraudulentas.

- Realizar a auditoria sempre em datas não prefixadas;
- Recolher todo o numerário que estiver em caixa, no dia da verificação, depositando-o no banco e não deixando nenhum saldo;
- Fazer concomitantemente a verificação de todos os caixas, se possível;
- Se não for possível fazer a verificação de todos os caixas a um só tempo, com a equipe de contadores e subcontadores deixar sempre as caixas já verificadas sob constante regime de observação até que toda a tarefa esteja concluída; tal observação consistirá em verificar sempre os suprimentos e seus destinos e as comprovações do dia;
- Limitar alguns suprimentos de caixa e fazer as verificações do numerário mais de uma vez (quando houver dúvida).

2.3.1 Auditoria externa

O surgimento da auditoria externa deu-se em função da evolução do sistema capitalista, conforme escreve Almeida (2007, p. 25):

“A auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início, as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando a redução de custos, e portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado”

A auditoria externa é feita por um profissional totalmente independente da empresa auditada. O objetivo do auditor externo é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, ou outro objeto qualquer ligado à entidade auditada.

“Auditoria externa constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade”. (CREPALDI, 2004, p. 48).

Segundo Crepaldi (2004, p. 48) a auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação como o quadro da empresa. Ele é contratado, e seu serviço explicitado em contrato de serviços. O auditor deve agir onde haja necessidade de levantar questões elucidativas para conclusão do trabalho ajustado.

Araújo (1999, p. 20) escreve:

“Externa: é a auditoria realizada por profissionais qualificados, que não são empregados da administração auditada, com o objetivo precípuo de emitir uma opinião independente, com base em normas técnicas, sobre a adequação ou não das demonstrações contábeis. Também conceituada como auditoria independente, é a auditoria contábil realizada por especialistas não vinculados à organização examinada”.

2.3.2 Auditoria Interna

O auditor interno é funcionário da empresa, mas como executa auditoria contábil e operacional, deve ter certa independência dentro da entidade. Se for subordinado ao departamento contábil ou administrativo, pode sofrer pressões quando da execução de seus trabalhos. Assim, para ter o maior grau possível de independência, deveria ser subordinado à presidência da empresa. Em empresas de grande porte, existe um verdadeiro departamento de auditoria interna. Conforme descreve Crepaldi (2004, p. 41) auditoria interna constitui o conjunto de

procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. (CREPALDI, 2004, p. 41).

Para que haja eficiência do processo de auditoria, a empresa precisa estar munida de políticas que revelem o verdadeiro intuito deste ato, bem como os parâmetros que devem ser seguidos durante a prática da auditoria interna.

As responsabilidades da auditoria interna, na organização, devem ser claramente determinadas pelas políticas da empresa. A autoridade correspondente deve propiciar ao auditor interno livre acesso a todos os registros, propriedades e pessoal da empresa que possam vir a ter importância para o assunto em exame. (CREPALDI, 2004 p. 42).

O planejamento da auditoria interna é um passo importante para o sucesso do trabalho do auditor. Segundo Ferreira (2005, p. 347) este planejamento compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, que servirão para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, conforme as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.

O quadro nº 05 descreve os fatos relevantes para execução do trabalho de auditoria.

1 – Conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
2 – O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
3 – A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
4 – A existência de entidades associados, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da auditoria interna;
5 – O uso do trabalho de especialistas;
6 – Os riscos de auditoria, quer pelo volume ou complexidade das transações e operações;
7 – O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
8 – As orientações e expectativas externas pela administração aos auditores internos;

9 – Conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.
--

Quadro 05. Fatores relevantes para o planejamento da auditoria interna.

Fonte: Adaptado de Ferreira (2005, p. 347)

2.3.3 Procedimentos de Auditoria

Os procedimentos de auditoria são as ferramentas que o auditor utiliza para atingir o objetivo de seus serviços.

O desempenho da atividade de auditoria requer, como em qualquer outra função, a utilização de ferramentas de trabalho que possibilitem formar uma opinião. Geralmente, o objetivo da auditoria é fundamentar seu ponto de vista com fatos, evidências e informações possíveis, necessárias e materiais. (ATTIE, 2006, p. 131).

Attie (2006, p. 131), coloca que “O objetivo é a meta a ser alcançada. Os procedimentos são os caminhos que levam à consecução do objetivo”.

Ferreira (2005, p. 159) escreve:

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de procedimentos técnicos com base nos quais o auditor obtém evidências ou provas que sejam suficientes e adequadas para fundamentar o seu parecer sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Os procedimentos de auditoria são adotados: antes do encerramento do exercício; na data de seu término; após o encerramento do exercício e antes da elaboração das demonstrações; e depois da elaboração das demonstrações.

O auditor precisa verificar se as demonstrações e registros contábeis exibidos pela empresa merecem ou não confiança. Assim como na auditoria operacional ou de gestão, o auditor tem o objetivo de verificar se as atividades de cada setor estão sendo corretamente seguidas.

Auditoria operacional ou *performance audit*, como a denominam os americanos, é a análise e avaliação do desempenho de uma organização – no todo ou em partes – objetivando formular recomendações e comentários que contribuirão para melhorar os aspectos de economia, eficiência e eficácia. (ARAÚJO, 1999, p. 28).

Haller *apud* Araújo (1999, 29) faz o seguinte comentário:

Auditoria operacional consiste em revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público ou privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da

organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais. Resumindo, a auditoria operacional é um processo de avaliação do desempenho real, em confronto com o esperado, o que leva, inevitavelmente, à apresentação de recomendações destinadas a melhorar o desempenho e aumentar o êxito da organização.

Para conseguir atingir o objetivo de seu trabalho o auditor aplica procedimentos de auditoria por meio da realização de testes. Conforme Ferreira (2005, p. 159) “os procedimentos de auditoria são divididos em testes de observância (ou aderência) e testes substantivos”.

Na aplicação de testes de observância, o auditor deve verificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos.

Os testes substantivos tem por finalidade a obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validade das informações traduzidas pelo sistema contábil da entidade. (FERREIRA, 2005 p. 159).

Os procedimentos de auditoria devem ser corretamente seguidos pelo auditor, para que sirvam de instrumento facilitador do trabalho e para que proporcionem clareza e eficácia à auditoria tanto interna quanto externa.

Existem vários procedimentos que o auditor pode utilizar durante a auditoria. O quadro nº 06 coloca alguns procedimentos que podem ser adotados pelo auditor.

Procedimentos	Características
Exame Físico	É a verificação <i>in loco</i> ; deverá proporcionar ao auditor a formação de opinião quanto à existência física do item ou objeto examinado.
Confirmação	Implica na obtenção de declaração formal e imparcial de pessoas independentes à empresa e que estejam habilitadas a confirmar fatos ou ocorrências.
Exame dos Documentos Originais	É o procedimento voltado para o exame de documentos que comprovem transações comerciais ou de controle. O auditor deve levar em consideração a autenticidade, a normalidade, a aprovação e o registro das operações e dos documentos analisados.
Conferência de Cálculos	É o procedimento voltado para a constatação da adequação das operações aritméticas e financeiras.
Exame da Escrituração	É a técnica utilizada para a constatação da veracidade das informações contábeis. É usado para o levantamento análise, composições de saldo, conciliações etc.

Investigação Minuciosa	É o exame em profundidade da matéria auditada, que pode ser um documento, uma análise, uma informação obtida, entre outras.
Inquérito	Consiste na formulação de perguntas e obtenção de respostas satisfatórias. É um dos procedimentos de auditoria de grande valia, desde que corretamente aplicado, uma vez que a formulação de perguntas tolas merece, consequentemente respostas tolas.
Exame dos Registros Auxiliares	Os registros auxiliares constituem, em verdade, o suporte da autenticidade dos registros principais examinados. Ao examinar os registros auxiliares, o auditor deve estar atento à autenticidade e às possibilidades de serem adulterados.
Correlação das Informações Obtidas	É o relacionamento harmônico do sistema contábil de partidas dobradas. O auditor executará serviços que terão relações com outras áreas do balanço ou do resultado do exercício. À medida que for observando o relacionamento entres estas, o auditor estará efetuando a correlação das informações obtidas.
Observação	É técnica indispensável à auditoria. Esse procedimento exige senso crítico do auditor, e tal postura crítica o diferenciara das demais profissões ligadas à contabilidade.

Quadro 06. Descrição dos Procedimentos de Auditoria.

Fonte: Adaptado de Attie (2006, p. 133 a 143)

2.3.4 Auditoria das Disponibilidades

A auditoria compreende todas as contas das demonstrações contábeis, bem como todos os setores da empresa quando o objetivo é a avaliação da conduta de trabalho dos entes da organização. Esta pesquisa abordará a auditoria interna nos Caixas da Unidade de Juina da Sicredi Univales, tendo em vista a verificação da eficiência do plano de auditoria adotado pela instituição.

A auditoria das disponibilidades visa a verificação, entre outras coisas, do saldo existente e do correto registro deste saldo. Attie (2006, p. 256) cita que para auditoria das disponibilidades o auditor deve determinar:

- a. Existência de vários caixas: para programação de seus trabalhos, se os caixas serão contados ao mesmo tempo, de acordo com a materialidade, ou ainda em bases rotativas.
- b. Fundo fixo ou caixa: para identificação da data para contagem, uma vez que o fundo fixo é composto de numerário imutável e o caixa engloba todas as operações de dinheiro.

- c. Existência de várias contas bancárias: para identificação das contas mantidas pela empresa e procedimentos que serão utilizados.
- d. Manutenção de contas especiais: para programação dos procedimentos a serem seguidos com relação a estas. Por exemplo: *overdraft* (limite de crédito), dividendos, salários etc.
- e. Contas bancárias encerradas: para identificação de que realmente as contas foram encerradas formalmente e de que não houve operações após o encerramento.

Sá (2002, p. 255) coloca que “A auditoria de caixa consiste na verificação do próprio objeto da conta Caixa, isto é, o numerário”.

Este numerário pode estar representado por diversas formas:

- 1. dinheiro realmente existente;
- 2. ordens de pagamento ainda não liquidadas;
- 3. cheques;
- 4. fundos de pequenas caixas;
- 5. vales de caixa para liquidação dentro do dia, relativos a retiradas de numerário que aguardam prestação de contas;
- 6. fundos especiais de caixa para troco, pagamento de folhas etc.;
- 7. numerários em trânsito aguardando comprovação definitiva e contando apenas com documentação provisória, geralmente autorizações da administração;
- 8. títulos equivalentes a numerário. (SÁ, 2002, p. 255)

Segundo Ferreira (2005, p. 163), auditoria do Caixa objetiva “inspeção física (contagem do dinheiro); inspeção documental para exame da documentação de pagamento e recebimento”.

2.3.5 Auditores independentes

O auditor independente é o profissional contratado pela empresa para prestação do serviço de auditoria.

Auditoria independente consiste na técnica contábil que tem por objetivo, entre outros procedimentos, o exame, por um auditor independente, das atividades, livros e documentos de uma entidade, conforme a finalidade estabelecida num contrato de prestação de serviços de auditoria. O auditor independente pode ser contratado por uma sociedade para diversas finalidades. (FERREIRA, 2005, p. 01).

Conforme Magalhães *et al* (2001, p. 40) descreve que a capacitação, a habilidade legal, a independência e a ética profissional, foram regulamentadas inicialmente pelo CFC na Resolução nº 321/72.

O auditor independente, segundo Magalhães *et al* (2001, p. 40) responde pela “Responsabilidade civil e criminal que compreendem a obrigação de reparar ou ser punido por danos que causar a terceiros, como decorrência de atos profissionais”.

Nota-se, portanto, que o auditor independente tem grande responsabilidade pelo seus atos, e é responsável pelos pareceres e pelas informações que por ele forem divulgadas, cabendo penalidade legal a qualquer dano causado por dados incorretos ou informações duvidosas.

Outro ponto importante da auditoria independente é a relevância de sua função social.

A relevância da função social identifica-se pela atuação nos interesses coletivos, no sentido de resguardar o patrimônio dos investidores preferenciais em valores mobiliários, do patrimônio de entidades públicas e de economia mista, na preservação das oportunidades de empregos aos trabalhadores, e continuidade das empresas. (MAGALHÃES *ET AL* 2001, p. 40)

Podem ser citadas algumas finalidades para a contratação de auditores independentes, conforme descreve Ferreira (2005, p. 01).

Dar um parecer sobre as demonstrações contábeis exigidas por lei;
Realizar auditoria operacional com vistas à avaliação do desempenho da administração;
Verificar irregularidades nas contas a pagar ou a receber;
Identificar fraudes;
Avaliar determinado componente patrimonial.

Outro motivo para a contratação desse tipo de profissional seria a exigência legal. De acordo com Ferreira (2005, p. 01) a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), em seu art. 177, § 3º, estabelece que as companhias **abertas** devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. Por determinação do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão sujeitas a auditoria realizada por auditores independentes.

Para esse caso de exigência legal, Ferreira (2005, p. 01) destaca que o auditor independente tem a finalidade de emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis, porém nada impede que uma entidade mesmo não sendo obrigada por lei, pode contratar auditores para as áreas contábeis ou operacionais.

Almeida (2007, p. 33, 34) descreve alguns outros motivos que também levam as empresas à contratação de auditoria independente.

Imposição de um banco para ceder empréstimo;

Imposição de um fornecedor para financiar a compra de matéria-prima;

A fim de atender às exigências do próprio estatuto ou contrato social da companhia ou empresa;

Para efeito de compra da empresa (o futuro comprador necessita de uma auditoria a fim de determinar o valor contábil correto do patrimônio líquido da empresa a ser comprada);

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis (a consolidação é obrigatória para a companhia aberta que tiver mais 30% do valor de seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas).

3. METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica como qualitativa, pois visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Existe um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa qualitativa:

1. O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
2. O caráter descritivo;
3. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
4. Enfoque indutivo. (NEVES 1996, p. 01)

Esta pesquisa classifica-se também com descritiva, que segundo Ribeiro (2006, p. 37) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, que segundo Gil (2002, p. 45) “é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”. Este material foi constituído de publicações, livros ou artigos científicos, que neste caso estão todos voltados para a área da Auditoria e do Cooperativismo. A pesquisa teve procedimento técnico de pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p. 46) segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, com a diferença que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Para este método foram utilizados documentos levantados durante a pesquisa na Cooperativa de Crédito Sicredi Univales, e demais documentos relacionados a ela, obtidos através do arquivo da cooperativa. Foi feito ainda um estudo de caso que segundo Ribeiro (2006, p. 42), “é indicado para os pesquisadores que necessitam aprofundar seus conhecimentos acerca de um objeto ou fenômeno”.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita se amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. “...” “Ora, nas ciências sociais a distinção entre o fenômeno e seu contexto representa uma das grandes dificuldades com que se deparam os pesquisadores; o que, muitas vezes, chega a

impedir o tratamento de determinados problemas mediante procedimentos caracterizados por alto nível de estruturação, como os experimentos e levantamentos. Daí, então, a crescente utilização do estudo de caso no âmbito dessas ciências, com diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL. 2002, p.54)

O trabalho foi dividido em três etapas, pretendendo tratar do objetivo proposto. Primeiramente foram feitos estudos sobre o cooperativismo, seus conceitos, métodos, principais autores e sistemas de cooperativismo. Da mesma forma seguiu-se o estudo sobre a auditoria interna, sua aplicação, metodologia, conceitos, fases da auditoria e formação de auditores. Finalmente, procedeu-se o estudo de caso na Cooperativa de Crédito Sicredi Univales, onde se caracterizou a cooperativa e foram demonstrados todos os aspectos gerenciais da mesma, sua estrutura, seus processos internos de controle e os sistemas de controle técnico utilizados por ela. Para o levantamento dos dados da cooperativa foram feitas entrevistas com os responsáveis pela unidade de atendimento de Juina da Sicredi Univales. Essas entrevistas e demais levantamentos foram feitos no mês de maio do ano de 2009.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segue a análise dos dados obtidos através o estudo de caso na Cooperativa de Crédito Sicredi Univales, em sua Unidade de Juina. Para tanto segue a caracterização da cooperativa e a análise às respostas obtidas em entrevista com o responsável pelos controles internos.

4.1 Sistema Sicredi

4.1.1 Apresentação

O Sicredi é um sistema de crédito cooperativo brasileiro, formado por 129 cooperativas singulares. Sua área de atuação abrange dez estados brasileiros, sendo: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, possuindo mais de mil pontos de atendimento em 850 municípios e número de associados acima de um milhão de pessoas, e seu quadro funcional conta com quase 10 mil colaboradores (SICREDI A, 2008).

Segundo o Sicredi A (2008), a primeira cooperativa singular do sistema data de 1902, no município de Nova Petrópolis, estado do Rio Grande do Sul (essa cooperativa é a mais antiga em funcionamento das Américas). O sistema Sicredi está organizado da seguinte forma: Confederação (com sede em Porto Alegre – RS), Banco Cooperativo (Bansicredi – Banco Cooperativo Sicredi S.A.), cinco Cooperativas Centrais, Administradora de Cartões, Administradora de Consórcios, Corretora de Seguros, Fundação e Empresa de Informática Redesys.

Nas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicredi são oferecidos diversos produtos e serviços, como por exemplo: talão de cheques, cartões, consórcio, investimentos, crédito, previdência, seguros e facilidades como caixas eletrônicos e serviços pela Internet (SICREDI B, 2008).

4.1.2 Histórico

O fundador da primeira cooperativa do sistema que mais tarde tornaria-se o sistema Sicredi foi o padre Theodor Amstad (introdutor do cooperativismo de crédito no Brasil). Theodor Amstad nasceu na cidade de Beckernried, Suíça, no dia 09 de Novembro de 1851, e estudou na França e Inglaterra, tendo sido ordenado padre em 1883. Chegou ao Brasil no ano de 1885, sendo então nomeado vigário-cooperador de São Sebastião do Caí (onde permaneceu por 12 anos) e posteriormente transferido para São José do Hortêncio (onde atuou por 8 anos, na mesma função), Rio Grande do Sul (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2008).

A Colônia Imperial Nova Petrópolis foi fundada em 1858, sendo o terceiro distrito do município de São Sebastião do Caí, como cita o *site* Cooperativismo de Crédito (2008). A colônia enfrentava problemas econômico-sociais, e não teve o apoio do governo para o seu desenvolvimento. Constatando que a organização econômico-social da região era precária, o padre jesuíta teve a idéia de constituir várias associações, visando sanar os problemas econômico-sociais existentes. Uma delas foi a “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad de Nova Petrópolis”, fundada no dia 28 de Dezembro de 1902, cooperativa baseada no modelo de *Raiffeisen* (a primeira Cooperativa de Crédito do Brasil). Essa cooperativa sofreu várias alterações em sua razão social, e atualmente denomina-se “Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - Sicredi Pioneira RS”.

O nascimento do cooperativismo deu-se em 21 de dezembro de 1844 no bairro de ROCHADALE, em Manchester (Inglaterra), onde 27 tecelões e uma tecelã fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade - e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16h) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial.

Naquele momento a constituição da pequena cooperativa de consumo no então chamado “Beco do Sapo” (Toad Lane) estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez mais

tarde o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos.

O significado sociológico determina que a integração cooperativista seja um fenômeno muito mais complexo do que a simples concentração capitalista. De frente ao tosco procedimento de comandar vontades e impor uma direção, a integração cooperativista é "ascendente", de maneira que os órgãos superiores são criados e postos a serviço dos inferiores, e todos eles à disposição da última célula deste corpo social, que é o indivíduo. (FRANKE, 1983, p.12).

O cooperativismo evoluiu e conquistou espaço próprio, a cooperativa de Crédito é instituição mantida pelos próprios associados, que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários, as operações efetuadas pelos associados (empréstimos, aplicações, depósitos e outras) são revertidas em seu benefício e da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da economia, e da democratização do crédito e da renda.

Na instituição não há somente o eu, mas o nós; há alguma coisa que se impõe imperiosamente à consciência individual. São os meus que formam comigo um só corpo espiritual. Eu sou um deles. Há neles alguma coisa de mim mesmo. (FRANKE, 1978, p.58).

Nestes tempos em que as cooperativas de crédito estão entrando em novos mercados seus gestores se vêem competindo com os bancos comerciais, trabalhando com menor taxa de juros, emprestando volume maior de recursos, dando maiores prazos a seus novos associados, o que torna fundamental a correta análise de crédito e risco em suas operações.

A fundação da cooperativa de crédito, conforme o *sítio* Cooperativismo de Crédito (2008), foi idealizada em Outubro de 1902, em Nova Petrópolis, na reunião do sindicato agrícola do município de São Sebastião do Caí, em que o padre jesuíta Theodor Amstad explanou aos poucos presentes sobre os benefícios da cooperativa bem como o seu funcionamento. O padre cita em suas memórias que conseguiu apenas o apoio de quinze pessoas, depois de muito insistir na idéia. Foi marcada nova reunião para a fundação da cooperativa, com a apresentação da minuta do estatuto, para a data de 09 de Novembro de 1902, na Sociedade Cultural e Recreativa Tiro ao Alvo de Nova Petrópolis, porém um vendaval provocou o desabamento do pavilhão e a reunião foi adiada. Um novo encontro foi estabelecido para o dia 20 de Novembro do mesmo ano, porém o falecimento da esposa de um dos principais apoiadores da idéia cooperativista – o Dr. Johann Müller von Milasch

– levou ao cancelamento da reunião. Finalmente, dia 28 de Dezembro de 1902, a cooperativa foi fundada, tendo 20 pessoas assinado a ata de constituição, no salão de bailes do Sr. Nicolau Kehl, em Linha Imperial.

Entre 1902 e 1940, foram fundadas 35 cooperativas de crédito sob supervisão e orientação de Amstad. O padre Theodor Amstad faleceu em 1938, com a idade de 87 anos (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2008).

4.1.3 Cooperativa de Crédito Sicredi Univales

Discorre-se aqui a respeito da criação da cooperativa de crédito na região noroeste de Mato Grosso. Em 11 de Março de 1993 alguns produtores rurais se reuniram no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de Juína para buscar alternativas de apoio financeiro ao desenvolvimento do setor agropecuário. Nasceu, assim, a CREDIVALE - Cooperativa de Crédito Rural Vale do Juruena Ltda.

Nos anos de 1994 e 1995, em virtude dos planos econômicos a cooperativa passa por momentos difíceis e não consegue crescer. Na época não havia serviço de compensação própria, criando custos que preocupavam o quadro social.

De acordo com Sicredi A, a criação do Banco Cooperativo Sicredi S/A (Bansicredi) deu-se em 1995. Bansicredi foi o primeiro banco cooperativo privado brasileiro com acesso a produtos e serviços bancários, vedados, até então, às cooperativas pela legislação vigente. Dessa forma as cooperativas passaram a administrar, em maior escala, os seus recursos financeiros, oferecendo alternativas para o segmento agropecuário.

Em Dezembro de 1996 a CREDIVALE inaugura a segunda unidade de atendimento no município de Brasnorte e com a participação ativa dos associados passou a expandir-se pela região.

Em 1997, deixa de ser Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Juruena – CREDIVALE, integra-se ao Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI e passa a ser chamada de Cooperativa de Crédito Rural Vale do Juruena – SICREDI UNIVALES.

No período de 1997 a 2002 foram inauguradas as unidades de Castanheira, Cotriguaçu, Juara, Novo Horizonte e Aripuanã e o sistema passa a ser On line, oferecendo melhores condições de atendimento e segurança ao associado, aumentando, também, o portfólio de produtos e serviços. No período de 2003 a 2005 inauguram-se mais seis unidades de atendimento: Juruena, Nova Bandeirante,

Colniza, Tabaporã e Apiacás no estado de Mato grosso. A cooperativa se expande para o estado de Rondônia abrindo a unidade de Vilhena.

Em 2006 a Cooperativa de Crédito Rural Vale do Juruena - Sicredi Univales conquista a livre admissão de associados e passa atender, além do setor rural as pessoas jurídicas de outros segmentos do mercado.

O Sicredi Univales está presente em 14 municípios do noroeste do Mato Grosso e em dois municípios de Rondônia, graças aos mais de 28.350 associados que pensam com a cabeça de donos do negócio.

A Cooperativa de Crédito Sicredi Univales é constituída por 14 unidades de atendimento (Brasnorte, Castanheira, Cotriguaçu, Juína, Juara, Novo Horizonte do Norte, Aripuanã, Juruena, Nova Bandeirantes, Colniza, Tabaporã, Apiacás e Nova Monte Verde – em Mato Grosso, e Vilhena em Rondônia), que contam com a direção e supervisão da Superintendência Regional sediada em Juína. Sua fundação ocorreu em 11 de Março de 1993, por iniciativa de produtores rurais que buscavam alternativas de apoio financeiro para desenvolverem suas atividades no setor agropecuário.

A segunda unidade de atendimento da cooperativa foi fundada em 1996, no município de Brasnorte. Em 1997, a cooperativa passa a integrar o Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo. No ano de 2006, a cooperativa deixa de atender somente o setor rural e torna-se uma cooperativa de livre admissão de associados.

A unidade de atendimento de Vilhena-RO, foi aberta em 24 de Fevereiro de 2006, e contava em Dezembro de 2008 com 11 colaboradores, conforme afirma o setor de gestão de pessoas da Cooperativa de Crédito Sicredi Univales.

Atualmente a cooperativa possui mais de 24 mil associados. Entre Julho de 2006 e Dezembro de 2008 foram vendidas 760 cotas de consórcio. No decorrer do ano de 2008 foram liquidados mais de 177 mil títulos. O número atual de poupadores ultrapassa 7 mil pessoas.

Possuindo como pilares os princípios e valores do cooperativismo, e ainda como instituição que busca apresentar uma relação de trabalho em consonância com a tendência das modernas organizações, a cooperativa desenvolve várias ações e políticas voltadas à área de recursos humanos. O grande desafio é fazer com que essas ações e políticas sejam implantadas de forma eficiente, a fim de atingir os objetivos organizacionais de forma coerente à sua responsabilidade social (já que os colaboradores estão incluídos nesse contexto).

4.2 Entrevista aplicada ao Responsável pelo Controle Interno da Sicredi Univales de Juina

A entrevista foi aplicada à responsável pelo controle interno da área dos caixas da Sicredi Univales, Luciana Rosa Oliveira da Costa, no dia 05 de junho de 2009, nas dependências da cooperativa.

As perguntas foram elaboradas com vistas a sanar o problema apontado pela pesquisa: Como a auditoria interna na Unidade de Juina da Sicredi Univales contribui para uma melhor gestão dos controles internos?

A primeira pergunta feita foi quanto à frequência da realização da auditoria interna na Sicredi Univales. Conforme resposta da entrevistada, a auditoria interna é feita semestralmente, porém não existe data marcada para as auditorias. Este procedimento é adotado para que sejam evitadas preparações repentinas, e também para que as ações de controle interno sejam seguidas frequentemente.

A segunda pergunta procurou saber se existe segregação de funções, e se existem funções independentes de registros e controles. A segregação de funções tem como objetivo evitar que uma mesma pessoa pratique uma ação do começo ao fim. Conforme resposta da entrevistada, esta é uma preocupação constante, e para que sejam evitados transtornos e conflitos as funções são separadas. Na área dos caixas onde o fluxo de numerário é grande, ela cita que o dinheiro

A terceira pergunta procurou saber se há controle das operações através de aprovações e responsabilidades. A resposta foi afirmativa. A entrevistada salientou que para cada tipo de operação, existe uma cota de responsabilidade por parte do funcionário que a pratica. Se uma operação não está dentro da alçada de determinado funcionário, ele depende da aprovação de um superior. Por exemplo, cada caixa tem um limite de movimentação, a partir deste determinado limite as operações só podem ser feitas com autorização do responsável pela área dos caixas.

Na quarta pergunta a indagação feita foi quanto ao registro dos procedimentos a serem adotados pelos funcionários. A entrevistada afirmou que a Sicredi Univales possui uma espécie de manual, onde estão relacionadas funções e procedimentos com suas respectivas responsabilidades.

A quinta pergunta procurou saber se existe acompanhamento da correta execução dos procedimentos indicados a serem seguidos pelos funcionários. A

resposta foi afirmativa. No setor de caixas, a própria entrevistada é responsável por este acompanhamento, que acontece diariamente. Ela observa as ações dos colaboradores, auxilia no caso de precisarem de ajuda e acompanha os procedimentos executados. A partir desta resposta é possível notar que o controle interno tem acompanhamento diário dentro da cooperativa, o que facilita ações corretivas, no caso de erros ou do descumprimento dos procedimentos indicados.

A sexta pergunta tratou da aquisição de materiais diversos de uso na cooperativa. Quando perguntada se na aquisição destes materiais, quem avalia a necessidade de compra é a mesma pessoa responsável pela cotação de preços, seleção de fornecedores e formalização da compra, a resposta foi positiva, porém o pagamento dos materiais adquiridos é feito através da tesouraria da cooperativa.

A sétima pergunta está relacionada aos procedimentos quando do recebimento dos materiais adquiridos. Os materiais padronizados que são utilizados pela unidade de atendimento de Juina são solicitados à central de atendimento de Cuiabá. Quando da chegada destes materiais é feito o procedimento de conferência pelo responsável da Tesouraria da unidade, onde estes materiais ficam armazenados.

Na oitava pergunta a indagação foi quanto ao procedimento de registro da aquisição dos materiais até o registro na contabilidade. Ela afirmou que existe um registro padronizado para aquisição de materiais, e por meio de códigos informados pelo responsável da contabilidade os lançamentos são feitos nas devidas contas.

A nona pergunta está relacionada aos formulários próprios internos e externos existentes na cooperativa. A entrevistada citou que existe uma padronização dos formulários para todas as unidades da Cooperativa. Todos os formulários são padronizados e neles existe indicação para sua destinação. Segundo ela, dessa forma fica mais fácil a identificação dos formulários e relatórios, e assim são evitados erros. Esta padronização evita, por exemplo, que um registro seja feito em um formulário errado. A familiarização do colaborador com estes formulários é imprescindível já que na correria do dia-a-dia podem ocorrer situações em que não há tempo para uma identificação mais minuciosa.

Quanto as principais dificuldades encontradas na implantação do sistema de auditoria interna, a resposta para a pergunta número dez, foi a de que há maior dificuldade foi a resistência por parte de alguns colaboradores. Ela cita que a

resistência dos colaboradores é perfeitamente entendível, já que o ser humano é por natureza avesso à mudanças.

A décima primeira pergunta pede qual o maior benefício trazido pela auditoria interna. A resposta foi o maior nível de organização dos documentos. Os colaboradores se preocupam em manter esta organização para atender as exigências do controle interno, e também porque entenderam que quanto mais organizadas forem as operações, mais fácil se torna o trabalho.

A pergunta doze procurou saber se a Cooperativa contrata auditores independentes. A resposta foi negativa. Os auditores são colaboradores capacitados pela cooperativa para atenderem as funções da auditoria.

A preocupação dos funcionários quanto a própria qualificação técnica foi o tema da pergunta treze, que procurou saber se há relação entre a auditoria interna e a qualificação técnica dos colaboradores. A entrevistada respondeu que sim. A partir da implantação da auditoria interna, os colaboradores são motivados a seguirem os controles internos. O funcionário se preocupa em executar corretamente todas as ações pertinentes à sua função, e para isso procura se preparar. Tornou-se prática entre os colaboradores da área dos caixas, o pedido de treinamentos específicos para a função.

As perguntas feitas a partir daqui se relacionam com as ações executadas pelos colaboradores da área dos caixas da cooperativa, buscando identificar o grau de controle interno das operações diárias.

A décima quarta pergunta procurou saber se existe conferência dos títulos recebidos pelos caixas e o confronto destes com os valores. A resposta foi positiva. Os títulos são conferidos no fechamento dos caixas diariamente, isso possibilita a verificação de possíveis erros, e também a correção imediata dos mesmos.

A décima quinta pergunta relaciona-se à conferência do numerário, e procurou saber se esta conferência é feita apenas pelo colaborador ou se existe acompanhamento do responsável pelo setor. A entrevistada disse que nem sempre há o acompanhamento do responsável, visto que se esta conferência fosse feita diariamente geraria desconforto entre os colaboradores. Assim a conferência do numerário é feita aleatoriamente sem aviso ao colaborador.

A décima sexta pergunta procurou saber se a instituição utiliza um manual de contabilidade para o registro ordenado e consistente de suas transações. A resposta

foi afirmativa. A cooperativa possui um manual de contabilidade, e um plano de contas ordenado, para que haja padronização dos registros contábeis.

Cada setor da cooperativa é responsável por um segmento de operações. Dentro da cooperativa existe o setor de análise de crédito, que faz as averiguações necessárias para a concessão do crédito aos associados, o setor de atendimento faz atendimento ao público, abertura de contas etc., o setor de cobrança é responsável pelo recebimento de títulos de cobrança simples, caucionada ou descontada. A décima sétima pergunta procurou saber se existe padronização destas funções em cada um dos setores. A resposta foi afirmativa, já que para cada função exercida o próprio sistema operacional da cooperativa exige padrões.

A auditoria interna na unidade de Juina da Sicredi Univales acontece desde 2004, anteriormente os procedimentos de auditoria eram bem menos frequentes, e muitas vezes nem aconteciam. A décima oitava pergunta, procurou saber se antes da implantação da auditoria interna eram comuns os desfalques permanentes ou temporários nos caixas. A entrevista disse que não, que esses desfalques não aconteciam, pois mesmo sem auditoria o controle interno acontecia, e as conferências eram feitas.

A pergunta dezenove procurou saber se a soma das fitas de caixa são feitas obrigatoriamente para evitar o surgimento de dúvidas quanto aos valores pagos e recebidos. A resposta foi afirmativa. O colaborador é obrigado a registrar os valores recebidos e pagos na fita da máquina do caixa para que não surjam dúvidas no fechamento.

A vigésima e última pergunta se refere à substituição dos funcionários. Se é feita conferência de numerário em caixa se houver necessidade de substituição. A resposta foi afirmativa, porém este é um fato que dificilmente ocorre, pois cada caixa tem o seu próprio malote lacrado e nele estão numerários de sua responsabilidade.

5. CONCLUSÃO

As cooperativas de crédito são instituições financeiras que visam o crédito mútuo entre associados. A cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicredi Univales, é uma instituição de grande sucesso, que vem a cada dia consolidando seus objetivos, que visam o bem estar social e econômico dos cooperados.

A auditoria é uma ferramenta importante para verificar a credibilidade das ações de funcionários, colaboradores e administradores das organizações. Através dela é possível apontar erros e sugerir soluções para eventuais problemas no sistema operacional da empresa.

O controle interno vem sendo usado como meio de organizar as funções e ações praticadas dentro da cooperativa. A conscientização daqueles que praticam e dependem destes controles, para o bom funcionamento das operações, é o ponto de partida para a adesão aos procedimentos.

O presente estudo procurou verificar o uso da auditoria interna, no setor dos caixas, da Cooperativa de Crédito Sicredi Univales.

A primeira hipótese se confirmou, já que foi possível apontar as contribuições que a implantação da auditoria interna trouxe à cooperativa. Entre as principais contribuições destaca-se o maior nível de organização dos documentos dentro da unidade, o que veio facilitar a execução do trabalho dos colaboradores.

A segunda hipótese não foi confirmada, pois verificou-se que os transtornos causados pela implantação da auditoria foram mínimos em relação aos benefícios trazidos por ela. Uma das dificuldades apontadas foi a resistência dos colaboradores, porém esta dificuldade já está superada.

O objetivo da pesquisa foi alcançado, pois através do estudo e da entrevista com a responsável pela área dos caixas, foram apontados os benefícios trazidos pela auditoria interna.

Esta pesquisa foi limitada apenas à unidade de Juina da Sicredi Univales, o que dificulta a comparação entre variáveis.

Uma sugestão para novos estudos estaria voltado para a pesquisa nas demais unidades da Cooperativa de Crédito Sicredi Univales, e em todos os setores, não apenas no setor dos caixas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ALVES, Marco Antônio P. **Cooperativismo: Arte e Ciência**. São Paulo – SP: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2002.

ARAUJO, Inaldo da Paixao Santos. **Introdução à Auditoria Operacional**. FGV Editora, 1999.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. São Paulo – SP: Atlas, 2006

BANRICOOP Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.banricoop.coop.br/site/seja_um_cooperado.php?PHPSESSID=54f8f5eb e33a078c52a095d63ad63d33> Acesso: 04 de jun. 2009, às 23:46 hs.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Cooperativa de crédito mútuo dos servidores públicos do estado do Paraná. Disponível em: www.sefanet.pr.gov.br/GEFIN/materiais/PR-ParanaCoop.ppt> Acesso em: 07 de jun. 2009, às 23:14 hs.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **SICREDI Pioneira – História**. Disponível em: www.cooperativismodecredito.com.br>. Acesso em: 07 de maio 2009, às 22:17 hs.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Introdução à Auditoria**. São Paulo – SP: Atlas, 2004.

FRANKE, Wilson. **Doutrina e aplicacao do direito cooperativo**. Porto Alegre: Pallotti, 1983.

FRANKE, Wilson. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. Sao Paulo: Saraiva, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Ricardo J. **Auditoria**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2005.

GALHARDO, Luiz Carlos. **Importância da auditoria na avaliação dos controles internos da empresa**. Disponível em: http://www.cocecrersp.org.br/auditoria/arquivos/Importancia_Avaliacao.pdf>. Acesso em: 19 de maio 2009, às 18:36 hs.

GESTÃO COOPERATIVA. **Cooperativa**. Disponível em: www.gestaocooperativa.com.br>. Acesso em: 06 de maio 2009, às 21:54 hs.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KREUTZ, Ineida T. **Cooperativismo passo a passo**. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 06 de maio 2009, às 22: 13 hs.
KRUEGUER, Guilherme (Coor.). **Cooperativismo e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LACERDA, Sérgio. **Capacitação Profissional e o Novo Cenário das Organizações**. (2008) Disponível em: <<http://www.artigonal.com/carreira-artigos/capacitacao-profissional-e-o-novo-cenario-das-organizacoes-516500.html>>
Acesso em: 05 de maio 2009, às 23:55 hs.

MAGALHÃES, A. D. F.; LUNKES, I. C.; MÜLLER, A. N. **Auditoria das Organizações: Metodologias Alternativas ao Planejamento e à Operacionalização dos Métodos e das Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2001.

NEVES, José Luiz. Mestrando do curso de pós-graduação em Administração de Empresas. FEA – Usp 1996. **Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades**. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 05 de maio 2009, às 17:12 hs.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. **A Estrutura do Cooperativismo**. Disponível em: <www.portaldocooperativismo.org.br>. Acesso em: 07 de maio 2009, às 18:56 hs.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2.ed. ver. Atual. e ampl. São Paulo: Rêspil, 2003. p. 17.

RIBEIRO, Magno Alves (Coor.). **Manual para elaboração e apresentação de monografias: Com noções introdutórias de metodologia**. Tangará da Serra/MT. Unemat, 2006.

RICARDINO, Álvaro; CARVALHO, L. Nelson. **Breve Retrospectiva do Desenvolvimento das atividades de Auditoria no Brasil**. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte2_pg22a34.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2009, às 20:58 hs.

ROSA, Lucilene.; SANZOVO, Sérgio. **Sicredi univales- 15 anos de trabalho, transparência e resultados positivos**. Revista voo regional. Juína, v.17, p.11, Março 2008.

ROSA, Lucilene. **13 anos de Sicredi Univales**. O Catavento. Juína, v.01, p.02-04, Junho 2006.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Editora Best Seller, 1996.

SHARDONG, Ademair. **Cooperativismo de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade**. 2. ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SICREDI A. **Cooperativismo de Crédito**. Disponível em: <www.sicredi.com.br>. Acesso em: 05 de maio 2009, às 00:42 hs.

SICREDI B. **Campanha “Vem ser dono”**. Texto informativo disponibilizado pelo departamento de *marketing* e propaganda do Sicredi (Agosto de 2008).

SILVA, Washington Luis Vieira da. *et al.* **Padronização: Um Fator Importante para a Engenharia de Métodos**. (2004). Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/35/27>> Acesso em 04 de jun. 2009, às 22:46 hs.

ZANLUCA, Júlio César. **Manual das Cooperativas**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/downloads>>. Acesso em: 06 de maio 2009, às 23:13 hs.